

ATA N.º 6/2018:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2018:

No dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, na sede do Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz”, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 3.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

PONTO 2 – Empreitada para “Intervenções de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela” – Adjudicação

PONTO 3 – Empreitada para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço do Pinhal Novo – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar

PONTO 4 – Área de reabilitação urbana do centro histórico de Palmela – Operação de reabilitação urbana (ORU)

PONTO 5 – Área de reabilitação urbana de Pinhal Novo – Operação de reabilitação urbana (ORU)

PONTO 6 – Orientações Estratégicas do Município de Palmela para a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualificação de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

PONTO 7 – Atribuição do topónimo “Rua dos Barreiros” – Freguesia de Palmela - Proc.º TOP-701/2016. Local: Barreiros, Palmela. Requerimento n.º 361/2016

PONTO 8 – Atribuição do topónimo “Rua Alegria do Samouco” – Freguesia de Palmela Proc.º TOP-3094/2016. Local: Ferra Cinta, Palmela. Requerimento n.º 2802/2016

PONTO 9 – Atribuição do topónimo “Rua Vítor Borrego” – Freguesia de Palmela - Proc.º TOP-1665/2018. Local: Terra do Pão – Nova Palmela, Palmela. Requerimento n.º 1055/2018

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** dá as boas-vindas, agradece em nome da Câmara Municipal de Palmela ao Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz”, em particular à direção, a hospitalidade.

O **Sr. Presidente** refere que, como habitualmente, nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia, no entanto excepcionalmente gostaria de começar por transmitir uma excelente notícia, alterando a habitual metodologia para dar a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, que tem também, a responsabilidade do Gabinete do Ambiente e das questões ligadas ao espaço público, para uma notícia que, desde as 18 horas, foi tornada pública em Bruxelas.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e refere que o “Assobiador”, o Sobreiro monumental de Águas de Moura, foi este ano participante ao concurso de Árvore Europeia do Ano, por iniciativa da UNAC - União da Floresta Mediterrânea. O “Assobiador” tem uma idade estimada de cerca de 234 anos, é uma árvore classificada, com uma imponência que se mede por uma altura de mais de 16 metros, perímetro de mais de 5 metros na base e uma copa impressionante. Recentemente, o Município de Palmela fez uma obra de valorização da envolvente, para proteger a árvore e criar melhores condições para a sua contemplação, fruição e para o conhecimento do exemplar. Este ano o “Assobiador”, o Sobreiro teve a honra de representar Portugal na 8ª edição do concurso “Tree of the Year”, árvore do ano, sendo a 1ª árvore portuguesa a participar. Durante o mês de fevereiro, todos e todas puderam votar na sua árvore preferida e o resultado foi hoje anunciado e é com grande honra e satisfação que informa do 1.º lugar no concurso, para o “Assobiador”, Sobreiro de Águas de Moura.

É com sentido de responsabilidade porque encaram este prémio, naturalmente, como mais uma oportunidade de valorização de Águas de Moura, de aumentar a notoriedade do Concelho de Palmela, mas sobretudo como uma homenagem às árvores do Concelho de Palmela, do Montado. O Compromisso do Município de Palmela é continuar a defender a floresta e a sensibilizar para o seu papel insubstituível na natureza e nas comunidades. O Sobreiro “Assobiador” foi vencedor do concurso pelas suas características e imponência, mas também pela forte ligação à comunidade e será com a comunidade local que irão, em breve, assinalar a receção deste honroso prémio, com uma iniciativa que oportunamente divulgarão e para a qual estão, desde já, todos e todas convidados e convidadas.

O **Sr. Presidente** refere que irá dar continuidade aos trabalhos e começa por dar nota da distribuição aos senhores Vereadores e Vereadoras da documentação atinente aos despachos emitidos no âmbito da subdelegação de competências DADO – Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e DAU – Divisão Administração Urbanística); e o Balancete à

data do dia anterior e pagamentos autorizados no período que decorre desde a última reunião de câmara até à presente data.

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- ATA n.º 4/2018, da reunião ordinária de 21 de fevereiro de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Amaro; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 07.03.2018 e 20.03.2018.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 05.03.2018 e 16.03.2018.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento, à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 07.03.2018 a 20.03.2018, no valor de 1.033.562,35 € (um milhão, trinta e três mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 20.03.2018, apresenta um saldo de 8.549.897,00 € (oito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e sete euros e zero cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.589.564,84 € (sete milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 960.332,16 € (novecentos e sessenta mil, trezentos e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos).

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PALMELA

O **Sr. Presidente** recorda que a reunião de Câmara descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a "Semana das Freguesias". A semana dedicada à freguesia de Palmela decorre de 19 a 24 de março de 2018.

. Na *semana dedicada à Freguesia de Palmela*, o programa integra um conjunto de visitas a obras, a agentes económicos, a locais a necessitar de obras, reuniões de trabalho, momentos públicos de apresentação de projetos com diversos agentes locais, e neste ciclo, têm procurado dar ênfase às áreas da Educação e do Associativismo. Para a freguesia de Palmela, neste 1º momento do ano 2018, elegeram a educação e intervenção social que tem estado em destaque no plano de trabalho desta semana. A semana teve início logo na 2ª feira de manhã, com uma profícua reunião entre o Executivo Municipal com Pelouros e o Executivo da Junta de Freguesia, não só para fazer um ponto de situação relativamente a várias obras e projetos em curso ou a realizar, como também daquelas que dizem respeito ao atual quadro comunitário de apoio, às candidaturas que têm em curso e outras já aprovadas.

- Falaram das questões das candidaturas de eficiência energética e, no caso concreto, a eficiência energética no Cinema Teatro São João, cuja candidatura estão a procurar concluir até final de março e a candidatura ao CAFA Castelo e Fortalezas da Arrábida, já aprovada e que diz

respeito às acessibilidades para quem visita o Castelo de Palmela, permitindo o acesso a pessoas com mobilidade condicionada a toda a área visitável do Castelo, exceto a Torre de Menagem. Dá nota de outra candidatura, denominado Projeto Almenara, que muitos dos presentes já tiveram a oportunidade de assistir a dois excelentes espetáculos que decorreram simultaneamente no Castelo de São Jorge e no Castelo de Palmela. Teve um impacto considerável no plano cultural e no plano turístico, mas o projeto não se limita a esses dois eventos, que fazem a evocação do episódio de Nuno Álvares Pereira acendendo as almenaras, a dizer a Lisboa que já ia em seu socorro para a libertar do cerco Castelhana. O projeto tem uma dimensão patrimonial e turística que continua, estão a trabalhar noutras dimensões desse projeto, relacionadas com instrumentos mais interativos e também outras dimensões como Almenara sabores, Almenara percursos, com intenção de atrair mais visitantes e turistas ao Concelho de Palmela.

- Também discutiram a requalificação e ampliação da Escola Básica de Aires, que está praticamente concluída, tiveram a oportunidade, de hoje, visitá-la e de o comprovar, considera que todos os que participaram puderam verificar a qualidade daquela obra. Falaram da recuperação da Capela de São João Batista que preocupa, porque não sendo um edifício municipal é da responsabilidade da Diocese, ainda assim, o Município de Palmela aprovou um Protocolo no ano passado, com a Paróquia, que visa poderem conjuntamente apresentar uma candidatura ao Portugal-2020. Há um plano de ação para a reabilitação urbana dentro do plano estratégico de desenvolvimento urbano, para criar no local um ponto de interesse mais ligado ao turismo religioso, uma mostra de Arte Sacra e, se assim for, essa candidatura com esta parceria, irá permitir alcançar 50% do investimento, facilitando as obras que a Diocese tem de fazer. Possibilitaria a requalificação daquele edifício no Largo de São João.

- Ainda relativamente ao Largo de São João, deram nota que o edifício da PAL, a antiga Rádio PAL junto ao edifício da Casa Mãe da Rota dos Vinhos, foi alvo de uma candidatura que aposta na requalificação do edificado, na sua acessibilidade, numa lógica ligada ao turismo onde se pode fazer um trabalho de co-working com empresas e agentes turísticos para o setor, onde operadores possam desenvolver os seus planos de negócio, trabalhar em rede e com os serviços de Turismo do Município de Palmela.

- Informaram de outra candidatura muito importante, que tem que ver com a reabilitação do Salão Nobre dos Paços do Concelho e do antigo posto da GNR. São dois espaços candidatados, o Salão Nobre dos Paços do Concelho será alvo de uma complexa reabilitação de restauro, no âmbito de uma campanha de obras que integra a cobertura, recuperação de paredes e acessibilidades. Está programada a grande intervenção, muito aguardada, mas que não pode ser feita sem se tratar do resto da estrutura e da impermeabilização, que é a recuperação do Salão Nobre e das pinturas que lá estão. O segundo edifício, o antigo posto da GNR, está também com projeto aprovado e vai ser adaptado para acolher as reservas arqueológicas do Museu Municipal, ou seja, na prática transformar-se-á num laboratório de trabalho, com

visitação, com uma zona de investigação e vai denominar-se Centro de Investigação do Património Cultural de Palmela. O Concelho de Palmela tem muito património, mas está encaixotado e tem que ser disponibilizado aos investigadores, tem que ser trabalhado por quem investiga na área e, em vez de estar mal acondicionado, têm que aproveitar alguns desses edifícios que, com a sua reabilitação com fundos comunitários, criar outros pontos de interesse e visitação ao Centro Histórico da Vila de Palmela.

- Deram nota de um conjunto de outros projetos com adjudicação, nomeadamente da intervenção nas encostas do Castelo, que vem hoje a reunião de Câmara, “uma brincadeira” de 2.200 mil euros. Da candidatura para o reforço do Wi-Fi no Centro Histórico e na Serra, que foi submetida no final do ano de 2017 e ainda no âmbito tecnológico, deram nota da instalação de beacons, no Centro Histórico e na Serra, nomeadamente nos cubos recentemente instalados, que vão permitir aos visitantes obterem informação completa e atualizada sobre o Concelho de Palmela, os espaços que estão a visitar, os monumentos, o património cultural, natural e a oferta turística, em tempo real, através de uma aplicação nos smartphones, nos seus vários sistemas - IOS, Android ou Windows.

- Também falaram sobre a candidatura que pretendem apresentar para a Alameda 25 de Abril, junto ao Restaurante Retiro Azul, para requalificar toda aquela zona envolvente do largo do Chafariz e criar uma bolsa de estacionamento. As obras nesse local estão dependentes de um acordo com o proprietário e a Câmara, dependentes de uma reformulação do projeto da deslocalização do posto de combustível que ainda está em apreciação nas Infraestruturas de Portugal a nova solução. Tiveram também a oportunidade de dar conhecimento à Junta de Freguesia do bom andamento da empreitada de requalificação da Rua Serpa Pinto que visitaram esta manhã.

- Em relação às questões da mobilidade, deram nota do estudo de transporte “soluções de transporte flexível em zonas peri urbanas”. Informa que têm trabalho e insistido com a TST, no alargamento de algumas carreiras, nomeadamente no eixo entre Padre Nabeto, Aires, Estação de Palmela e Palmela. Trata-se de um processo que até já foi apresentado na Área Metropolitana de Lisboa, apresentado aos municípios, porque há vários estudos a serem apresentados neste momento e não vêem inconveniente que comecem, desde que não acabem com outras, como está previsto e subjacente. Relativamente à rede de ciclovias no Concelho de Palmela, estão a preparar a candidatura da 2ª fase da ciclovia de Aires e partilharam com a Junta de Freguesia o trajeto que está previsto.

- Falaram igualmente da necessidade de dinamização do centro histórico e têm estado expectantes a aguardar os regulamentos das iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária, que tem alguns fundos para dinamização dessas áreas, para alavancar o Projeto “Viva o Natal em Palmela”, qualificar os Mercados Municipais, os Mercadinhos no Centro

Histórico e outras iniciativas, no sentido de poderem vir a instalar uma incubadora de empresas também.

- Discutiram sobre outras candidaturas, nas áreas da Educação, nas áreas de eficiência energética, projetos como a infraestruturização da Lagoinha e Vale de Touros, que amanhã terão a oportunidade de ver, numa mostra de projetos que vão estar patentes na Biblioteca Municipal de Palmela, numa sessão de apresentação com os técnicos da Câmara Municipal. Trata-se de um investimento oneroso e de grande complexidade técnica, a intervenção está dividida em nove fases. Prevê-se que este ano se avance já com três e amanhã irá ser discutido com população daquela zona. Expressaram também outras preocupações que têm, com a Junta de Freguesia, relativas ao Chafariz Dona Maria I, que é uma das portas de entrada da Vila de Palmela, que não obstante ter tido uma intervenção de reabilitação no anterior QREN, atualmente apresenta alguns problemas e é uma intervenção de fundo que está no plano de investimentos para 2019, mas que o Município de Palmela admite antecipar para 2018 se houver uma solução técnica que garanta que as patologias vão ser erradicadas e que a reabilitação possa durar mais tempo. Estão a trabalhar com empresas especialistas, mas qualquer intervenção tem de ser aprovada pela Direção-Geral do Património Cultural.

- Relativamente à Escola Básica de Brejos do Assa, vai sofrer uma ampliação e uma requalificação dos espaços exteriores. O procedimento está a ser introduzido na plataforma dos concursos esta semana e até sexta-feira deverão ter também esse concurso lançado. Refere que foi antecipada, numa das últimas reuniões de Câmara, uma alteração ao Orçamento para poder avançar já com esta empreitada, porque há outras, cujo projeto ainda está em elaboração e, portanto, só a partir da revisão no final de abril/maio é que estarão em condições de serem lançados. Para a Escola Básica de Brejos do Assa as obras contemplam, para além da qualificação do logradouro, uma grande intervenção, a criação de um espaço multiusos para diversas valências de biblioteca escolar e atividades de apoio à família.

- Depois de terem debatido todas as questões acima referidas, sobretudo projetos candidatados a participações, com exceção da Escola Básica de Brejos do Assa e das obras da Lagoinha, que também são financiadas com fundos próprios, discutiram outras questões relacionadas com as necessidades de asfaltamento, necessidades de reabilitação de alguns espaços, sejam eles no centro de Palmela ou em outros cantos da freguesia. Falaram da Rua dos Marinheiros, Estrada do Samouco, Rua José Luís Camolas na Serrinha e juntamente com a Junta de Freguesia discutiram os critérios e as prioridades. Recorda que em abril vai haver mais um ciclo do "Eu Participo" e existem questões que já constam no programa de trabalho da Câmara Municipal e as que não estão, podem vir a ser votadas e escolhidas, bem como suscitadas pela participação dos cidadãos.

- Dá nota que o Executivo da Junta de Freguesia de Palmela apresentou preocupação em relação a questões ligadas ao espaço público, debateram sobre melhorias na iluminação, até no

Largo de São João, num recanto junto à Biblioteca Municipal, prevê-se criar alguma iluminação decorativa, porque é uma zona escura. Outra obra muito desejada em Palmela é a criação de uma ligação entre o Centro de Saúde de Palmela e o Cemitério, que pudesse ser feita em segurança, num passeio. A Câmara Municipal já tinha aberto esse procedimento e esse concurso, mas ficou deserto porque nenhuma empresa concorreu. Alteraram um pouco o Caderno de Encargos e os preços e já têm de novo o concurso e o procedimento aberto. Debateram também a questão da colocação de caixas Multibanco na zona do Centro Histórico da Vila. Hoje em dia, as Entidade Bancárias não querem colocar essas caixas em lado nenhum e imaginem o que é estar no centro histórico de Palmela e não haver uma caixa de Multibanco, seja para os residentes, que bem precisam, seja para os milhares de visitantes e turistas. Informa que estão a trabalhar nesse assunto, fizeram diligências junto de várias Entidades Bancárias e já está uma selecionada. Foi apresentado um conjunto de questões muito pertinentes e a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, trabalhando em conjunto, com as competências e atribuições de cada uma das Entidades, a Junta que também tem algumas competências delegadas, na calçada, na reparação de estabelecimentos de ensino, no mobiliário urbano, competências delegadas para as quais o Município de Palmela descentraliza verbas e competências para as Juntas de Freguesia porque está mais próximo de poder exercer muitas dessas tarefas.

. Durante a manhã do dia de hoje, 21 de março:

- Realizaram as habituais visitas a obras e atividades económicas, estiveram presentes na Palmeiro Foods S.A., uma empresa familiar do setor alimentar que se dedica à produção e comercialização de produtos desidratados e liofilizados, papas e purés de batata, sopas, preparados para bolos e sobremesas. Por vezes temos "à nossa beira empresas" e nem sabem bem o que é o que faz. Recorda que a empresa, quando iniciou atividade, ainda era Vereador do Urbanismo, sabia que era uma empresa relacionada com batatas, mas quando lá chegaram, ficaram todos agradavelmente surpreendidos, porque são empresas que estão a acrescentar valor ao território, estão a exportar, a crescer e precisam também de ser acarinhadas no Concelho de Palmela.

- Em seguida foram à Adega Cooperativa de Palmela que não é mais uma simples adega, todas as Adegas do Concelho de Palmela, independentemente da dimensão, são importantíssimas. A Adega Cooperativa de Palmela tem uma particularidade, atualmente representa 300 viticultores que para ali escoam as suas uvas e tem feito investimentos enormes na qualificação dos seus vinhos, estão hoje na prateleira dos mais premiados da Europa e do mundo. Na qualificação do produto e na modernização da Adega tomaram conhecimento que, infelizmente, houve algumas candidaturas com alteração de critérios, uma forma estranha e que à própria da hora, não permitiu que pudessem vir a ter o financiamento para o investimento que fizeram, estão neste momento a investir à custa dos próprios produtores que são associados da Adega e parece que a situação está a correr bem.

- Visitaram a Escola Básica de Aires que está praticamente concluída, viram as salas, a qualificação da cozinha, estiveram com crianças, professores, educadores, coordenadores e as pessoas ficaram satisfeitas e, portanto, considera que é este o caminho, continuar a qualificar os equipamentos educativos no Concelho de Palmela.

- Na Vila, visitaram a recente obra da Terra do Pão, já está terminada há cerca de dois meses e, mesmo assim, sempre com uns problemas, com as chuvadas mais intensas nas últimas semanas a zona ajardinada, que tem uma solução de barreiras, não cresceu o suficiente para ganhar raízes e com aquelas chuvas intensas as areias foram por ali abaixo. Contudo, de uma maneira geral, trata-se de uma obra muito desejada por Palmela e considera que foi feita uma excelente obra de ligação, de acessibilidade, mas que ainda carece de algumas correções.

- Visitaram a obra na Rua Serpa Pinto, para confirmar, no local, o andamento dos trabalhos e a complexidade, porque estão a fazer a obra sem cortar a água, criaram uma rede de água paralela e de saneamento para as pessoas estarem a utilizar a água e saneamento e simultaneamente a fazer a obra é, de facto, uma operação complexa e está a decorrer por fases e dentro do prazo.

- Terminaram a manhã com a visita numa outra empresa de referência, ligada ao setor dos vinhos, a Quinta do Piloto, que já conhecem a excelência dos vinhos e dos moscatéis e para se perceber o que está realmente a acrescentar valor ao território hoje, entre muitas coisas, não é só a Autoeuropa e outras empresas, são estas empresas de tradição familiar que, para além dos vinhos, criam atrativos, fazem com que cada vez mais visitantes e turistas pernoitem em Palmela e foram ver o seu mais recente investimento. Trata-se de um espaço de alojamento local, com muito bom gosto, com uma vista magnífica para Lisboa. Congratulam-se com a visão do investidor e empreendedor desta unidade económica.

- No período da tarde, juntamente com o Sr. Vereador Adilo Costa e técnicos do município, reuniram com a Fundação Robert Kalley, numa semana também dedicada à área social em que na segunda-feira também estiveram reunidos com Centro Social de Palmela. A Fundação Robert Kalley é uma instituição que se dedica ao apoio à pessoa idosa e tem um novo espaço pronto a funcionar, faltando ainda algumas questões na segurança contra incêndios que estão por assinar, mas parecem já estar resolvidas segundo informações recolhidas na semana passada. Têm um protocolo com a Segurança Social que permite acolher 50 a 68 utentes. Apesar dessas condições de excelência, para continuar a desenvolver o seu trabalho na área do serviço de apoio domiciliário, a Instituição deu a conhecer à Câmara Municipal algumas dificuldades face a despesas relativas ao investimento realizado. Refere que o Município de Palmela está disponível para fazer parte da solução, tal como o fez para o Centro Social de Palmela, numa candidatura a fundos comunitários para ampliação e reabilitação do espaço, que permite ir buscar 50% ao Programa Portugal 2020, estando a Câmara Municipal disponível para apoiar em 25%, sendo que a Instituição terá de conseguir os restantes 25%. Contudo, a questão é outra, o Centro

Social de Palmela, nas circunstâncias em que se encontra, com a dificuldade em pagar as dívidas, conseguir arranjar 25% é muito difícil. Estas reuniões foram promovidas pelo Município de Palmela, mediou uma reunião com a Segurança Social, considerando que tem de haver o recurso ao fundo de emergência da Segurança Social, em particular para o Centro Social de Palmela e só depois de sanadas essas dívidas e essas questões, é que se pode começar a pensar na reabilitação e no futuro. Considera que é necessário um novo programa nacional, como o PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, para apoio a investimentos nestas áreas, mas também é necessário reverem os valores de referência das capitações e dos apoios que são dados às instituições sociais quando têm esses protocolos com a Segurança Social. A área de intervenção social está a passar por dificuldades, por isso é necessário o envolvimento de todos nestas matérias.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. Idalécio Mariani (1.)

Cumprimenta os presentes, refere que é morador na Rua de Paris e está como representante dos moradores. Participou na última reunião de Câmara descentralizada, em Pinhal Novo e na questão que colocou na altura, foi-lhe dito pelo Sr. Presidente para a remeter para esta reunião. A questão tem que ver com as infraestruturas da Lagoinha e Vale de Touros e recorda que residem numa zona em que não há rede de esgotos e as fossas sépticas enchem com muita regularidade com todos os inconvenientes que têm, nomeadamente a ligação próxima a fontes de água, furos e poços e queria também referir que souberam e ficaram muito contentes, que na Rua da Holanda, relativamente perto de Vale de Touros, se iriam realizar obras para proporcionar a zona com rede de esgotos. Mas questiona o porquê daquela zona, quais os critérios e se as obras vão ser alargadas a outras ruas e outros espaços. Querem perceber como é que essas obras vão funcionar, porque são leigos nestas situações. Pensaram então pedir uma audiência ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, na qual foram muito bem recebidos e que se tratava de um assunto que transcendia o âmbito de competências da Junta de Freguesia, mas que lhes foi dado conhecimento que na zona de Vale de Touros existe uma Comissão de Moradores, da qual entraram em contacto com o Sr. Norberto que informou como funcionava a Comissão, o que têm estado a fazer. Refere que o senhor não pode estar presente por questões particulares, mas que está solidário com os moradores da Rua de Paris. Para terminar, querem saber em que ponto de situação está a programação das obras do alargamento da rede de esgotos naquela zona e se vai levar muito

tempo. Recorda que na anterior reunião esteve um vizinho e que falaram sobre a possibilidade da Câmara Municipal interceder junto da Amarsul, para colocarem naquela zona um ecoponto e refere que já passou um mês e até à data ainda não sabem nada sobre essa situação.

Sr. Carlos Nascimento (2.)

Cumprimenta os presentes, refere que é residente em Brejos do Assa e mais uma vez vem falar sobre a Rua dos Marinheiros, estão a reunir na zona e desde que teve a reunião com o Sr. Presidente, recebeu uma carta que dizia que a Rua dos Marinheiros foi parcialmente infraestruturada e pavimentada em 2010, tendo em conta o limite do perímetro urbano de Brejos do Assa. Refere que desde 2010 a Rua dos Marinheiros tem tudo, só não tem alcatrão e são só 700 metros, tem esgotos, água e luz e dos 1000 metros da extensão da rua, só estão alcatroados 300 metros. Retomando o conteúdo da carta, que refere que no "restante troço por pavimentar, verifica-se uma fraca densidade populacional e várias edificações sem licenciamento". O Sr. Carlos Nascimento refere que não há assim tão pouca população e se o Sr. Presidente passou na rua, deve ter visto que existem algumas habitações e também existem os aceiros perpendiculares à Rua dos Marinheiros. Considera que não há assim tão pouca população e se forem por essa ordem de ideias, na zona do Lau, existem ruas com uma casa ou duas e estão alcatroadas, mesmo sem esgotos e água. Ainda sobre a carta, lê o restante conteúdo que refere no terceiro ponto, a questão das edificações sem licenciamento e considera que se fosse por causa disso, no campo, não haveriam quase nenhuma estradas alcatroadas. Da carta que rececionou, descreve o seguinte: "Confirma-se a crescente, portanto, à data da receção do Baixo Assinado, o troço em terra batida encontrava-se bem conservado e transitável". Refere que naquela data estava transitável, mas que antes de ontem, estava intransitável, ontem se calhar já estava transitável por causa da reunião de hoje. Refere que se chover este fim-de-semana, se calhar na segunda-feira já não se consegue passar. Retoma mais uma vez a leitura da carta, que refere o seguinte: "confirma-se a crescente importância do arruamento na ligação ao Golfe do Montado e a ligação à Estrada de Casa de Pau de Setúbal, pelo que os serviços municipais já estudaram o perfil da via e elabora estimativa orçamental". Considera que para os residentes dali é uma boa notícia, mas "considerando que esse investimento não está previsto no orçamento e nas grandes Opções do plano 2018-2020 sugerem a participação no "Eu Participo"." O Sr. Carlos Nascimento informa que vai estar presente para assinalar e propor esse investimento no âmbito desse processo. Refere que nunca é demais expressarem-se e acompanharem o andamento das situações.

Sr. Nelson Caleiro (3.)

Cumprimenta os presentes e refere que é residente e coproprietário 488 na Augi do Pinheiro Ramudo e está bastante preocupado com a gestão que está a ser feita da mesma, porque não há assembleias com coproprietários desde 2010 e essa também foi interrompida. Não são

apresentadas contas desde 2010 e as últimas que foram aprovadas, eram de 2005. A administração da Augi não tem cumprido com a obrigação de prestar contas à Câmara Municipal e às Finanças, embora esteja obrigado a tal. Conforme o disposto no n.º 8 do art.º 16º C da Lei das Augis, o último documento relativo ao relatório de contas que consta no processo L-38/1998 remonta ao ano de 2006 e nunca foi enviado às Finanças. Essa administração não tomou qualquer iniciativa para dar seguimento à tramitação do processo urbanístico em apreço, tem sido a Câmara Municipal de Palmela a tomar iniciativas e sem qualquer andamento por parte da administração da Augi. Nas últimas assembleias, existiam seguranças privados, para intimidar os coproprietários. Nas contas de 2004 existia a previsão de custos com o processo de reconversão em 8.916.888,49 euros. Nas contas de 2009 essa previsão de custos passou para 24.130.123,54 euros. Os coproprietários efetuaram o pagamento de cerca de 8.650 mil euros até 2009 e questiona, para onde foi esse dinheiro? Iniciaram umas obras de infraestruturas sem licenças, pagaram os projetos, pagaram consultores, advogados e agentes de execução, mas não pagaram as taxas de conversão à Câmara entre outros. Não tinham quaisquer notícias desde 2010 e em 2017 começaram a enviar cartas intimidatórias aos coproprietários e avançaram com processos de execução, refere que foi um desses, é possível requerer uma assembleia extraordinária de coproprietários com 5% da totalidade dos avos, mas com histórico de atuação desta administração, quem acredita que convoquem a assembleia requerida? Caso seja efetuada a assembleia de coproprietários, quem garante que surgindo uma lista que ganhe a eleição, esta administração garanta nos bancos, o dinheiro que os coproprietários estão a pagar, quer por iniciativa própria, quer através dos processos de execução. Esta administração da Augi não representa os interesses com coproprietários, antes os afronta e prejudica, são processos de execução atrás de processos, quanto custa isto aos coproprietários? Os custos administrativos rondam atualmente, cerca de 10% dos custos estimados da reconversão. Esta administração não cumpre os requisitos mínimos, não representa os coproprietários, prejudica e hostiliza-os. O acesso à consulta do processo é moroso, necessitam de consultar com urgência e foi solicitada a consulta ao processo por uma advogada Dra. Arminda Neto e até hoje de manhã ainda não teve resposta, julga que tenha feito o pedido de consulta na quinta-feira da semana passada. O que pretende com esta abordagem, é saber o que é que a Câmara Municipal pode fazer para proteger os coproprietários da Augi de Pinheiro Ramudo e municípios do Concelho de Palmela. Vem assim pedir a ajuda por parte da Câmara Municipal de Palmela para os proteger neste doloroso processo, são bastantes coproprietários, cerca de 720 e estão a ser mal administrados.

Sr. Nuno Abílio (4.)

Cumprimenta os presentes e refere que é a primeira vez que vem a uma reunião de Câmara e informa que é morador em Brejos do Assa e vem felicitar a Câmara Municipal pelas obras de saneamento que ocorreram. Depois de muitos anos e muitos obstáculos, finalmente estão a ser

feitas as ligações. Mas na sequência dessas obras têm um problema, que tem permanecido, o asfalto da Rua do Comércio, que é a rua principal e que está num estado muito mau e carece de obras de manutenção. Também vem falar de alguns que não tem a ver com questões que afetam, principalmente, as zonas mais afastadas das ruas principais e também das últimas e das mais recentes ruas nos Brejos do Assa. São as questões da iluminação das ruas, a ausência de manutenção nos pontos de luz, a limpeza das ruas e de uma forma geral, talvez por ser uma zona mais rural, não é dado tanta ênfase a esse aspeto. A questão da mobilidade, do transporte de ligação entre Brejos do Assa e Palmela, porque a única ligação existente é só para Setúbal e isso acaba por afastar as pessoas. Refere que teve a oportunidade, bem como os colegas representantes da Associação da Escola Ensino Básico de Brejos do Assa e através do Sr. Vereador Adilo Costa, ter conhecimento de todo o projeto em detalhe, algo que consideram bastante positivo e acreditam que vai trazer segurança às crianças que estão numa escola e mais crianças à escola e no seu caso que é pai de três crianças e tendo ele próprio estudado naquela escola, ficam muito agradados com as obras na escola. No que diz respeito à escola há mais algumas questões que queria reforçar, tem vindo a alertar nas reuniões e também ligada à questão da Rua do Comércio, a situação da passadeira, ou seja a manutenção, a pintura da passadeira, as bandas sonoras em ambos os sentidos carecem de manutenção e se possível realçadas e também a poda das árvores no recinto da escola.

Sr. João Marques (5.)

Cumprimenta os presentes e refere que é residente na Venda do Alcaide, uma localidade que está encravada entre os dois grandes polos de desenvolvimento do Concelho de Palmela, Pinhal Novo e Palmela e por sorte ou por azar, estão numa zona de fronteira em que uma parte pertence à freguesia de Palmela e outra parte pertence à freguesia de Pinhal Novo. Espera que numa próxima reestruturação da administração territorial, a Venda do Alcaide seja incluída numa só freguesia e não uma parte numa freguesia e outra parte noutra freguesia. Também sobre a Venda do Alcaide, quer falar do jardim Ferreira da Costa, espaço de lazer sobre o qual foi elaborado um projeto de reestruturação no tempo do Sr. Vereador Alberto Ferro, sabe que esse projeto está abandonado, está para ser reestruturado segundo informação do Sr. Presidente, que já se propôs uma requalificação desse espaço no sentido de colocar algo mais útil para a população, como um ginásio de rua. A questão que quer apresentar é a seguinte: qual o ponto de situação sobre o novo projeto para o espaço do jardim Ferreira da Costa? Nesse espaço existe um parque infantil, onde há pouco tempo foi reposta a areia, porque a areia antiga estava muito suja pelos cães e pelos gatos. O parque infantil tem uma vedação com barras de ferro, mas os cães e os gatos continuam a ir lá fazer as necessidades, pelo que solicita que estudem a situação, a colocação de uma vedação que impeça a entrada de animais no parque infantil. Os brinquedos estão em cima de um piso, que desconhece o nome, de borracha e foi colocado na altura e já tem muitos anos e neste momento em vez de servir para

amortecer o impacto da queda das crianças no chão, está degradado e demasiado rijo, pelo que considera que esse piso deveria ser urgentemente substituído. Refere também a Rua Jaime Baião em Venda do Alcaide, é a única Rua que existe em calçada e que com todas as intervenções que fizeram ao longo dos anos, está muito irregular, cheia de altos e baixos, pelo que pede o alcatroamento da mesma ou a reposição da calçada para o piso ficar uniforme e transitável. Em relação à iluminação pública e já que estão na semana de Palmela, convida o Sr. Vereador Pedro Taleço, que tem o pelouro da iluminação pública, a visitar a Venda do Alcaide durante a noite, para poder ver as condições de segurança e o quanto mete medo passar pela passagem pedonal da Refer que tem há muitos anos a iluminação pública danificada. Há anos que falam nisso, há propostas, há soluções a projetar para fazer isto e fazer aquilo, mas continua por ser resolvido. A estrada principal de Venda do Alcaide, que liga Batudes à Palhota e Lagoa da Palha, é relativamente estreita e só tem bermas de calçada num dos lados, os carros saem sistematicamente da estrada e danificam o alcatrão, pelo que recomenda e solicita mais uma vez que sejam colocadas bermas do outro lado da estrada também. E por falar em estradas, fora da Freguesia de Palmela, a estrada do Trabalhador Rural, que pertence à freguesia de Pinhal Novo e que liga a Palhota à Lagoa da Palha, que é de alcatrão e que no espaço onde estão a ser colocados uns semáforos até ao cruzamento, está esburacada, pelo que é necessária uma intervenção com alcatrão. Deixa mais um alerta, que acha que também pertence ao pelouro do Sr. Vereador Pedro Taleço e trata-se da recolha do lixo. Seja de quem for o pelouro, a recolha de lixo na Venda do Alcaide está a ter alguns problemas, não está a ser feita regularmente, sistematicamente os contentores ficam cheios e desde o princípio do ano que muitas vezes os contentores estão cheios, se calhar a recolha está a ser feita apenas uma vez por semana e chama a atenção para esse problema e apela à resolução dessa situação.

Sr. Mário Couto (6.)

Cumprimenta os presentes e refere que como "filho da casa" que hoje recebe a Reunião de Câmara e residente em Algeruz e como se costuma dizer, "Roma e Pavia não se fizeram num dia" e vêm sempre protestar pelas coisas que não se fazem e nunca vêm manifestar ou agradecer à Câmara e aos seus representantes dos trabalhos executados. Quer aqui agradecer em nome dos residentes de Algeruz, na estrada principal de Algeruz, o saneamento que já foi ligado, mas tem pena que não tenha sido extensível a todos os municípios. Sabe que o Concelho de Palmela é grande, as coisas vão-se fazendo aos poucos e pensa que está na agenda da Câmara chegar a todos. Também foi falado em algumas sessões anteriores das calçadas junto às estradas, que estão danificadas e que convém fazê-las antes que fiquem piores. Agradecer também, porque já foram feitas algumas coisas nesse sentido, nomeadamente na Ponte, onde já estão a fazer os preenchimentos, porque estava a danificar o passeio. Regista como positivas estas sessões descentralizadas aqui na coletividade e tem pena que tenha havido pouca

divulgação, acha que se os municípios soubessem, gostariam de estar presentes. Para terminar e já que foi mencionado, refere a obra do Rouxinol e acha que a Câmara deveria intervir de forma mais rápida e urgente, porque a população de Algeruz, precisa dessa obra.

O **Sr. Presidente** refere que já contam com seis intervenções e que faria já um conjunto de explicações sobre as questões apresentadas e, depois, continuariam.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Municípios, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta ao Sr. Idalécio Mariani (1.), o **Sr. Presidente** refere que voltou a colocar as questões que levou na Reunião descentralizada de Pinhal Novo e, de facto, remeteu para a semana da freguesia de Palmela, porque amanhã vão ter na Biblioteca Municipal uma mostra de projetos e, uma delas, um dos painéis que lá vai estar diz respeito, precisamente, ao faseamento da infraestruturização da Lagoinha e Vale de Touros, que tem 9 fases em projeto e que ainda precisava mais para ir até ao Bairro Sousa Cintra. Só para terem uma ideia, o investimento é na ordem de 1.800 mil euros, se não houver participação de fundos comunitários vai ser muito difícil porque, infelizmente, como teve a oportunidade de explicar, só tem havido financiamento para os prolongamentos e para as reabilitações onde há muita gente. Refere que no dia 29 deste mês, tem uma reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, precisamente sobre a necessidade de alteração dos critérios dessas candidaturas, porque o último aviso que saiu, implicava aglomerados de 50 mil habitantes. Por essa ordem de ideias as pessoas das zonas de baixa densidade nunca terão e para terem, têm que ser os municípios a fazer sozinhos e isso é muito oneroso, porque não tem o retorno na perspectiva deles, não tem o retorno em 20 anos, ou seja o investimento nunca mais é pago. Mas o Município de Palmela, para estas nove fases, tem algumas priorizadas, três delas este ano, na medida em que a ligação dos esgotos pode ser feita graviticamente, para a estrada nacional 379 e depois serem encaminhados para a estação elevatória que está nos Olhos de Água, porque tem um emissário. A Rua do Aviário foi feita porque tem um emissário que passa lá. Depois, as outras fases obedecem a projetos que já foram encomendados, deram nota disso, foram adjudicados projetos de engenharia que tem que ver com as pendentes, para onde é que vão as águas residuais e o local onde ficam as estações elevatórias, o seu equipamento e quanto custa, em média são 150 mil euros pela estação elevatória, enfim, tudo isso tem que ser tido em consideração.

Relativamente ao Ecoponto, o **Sr. Presidente** informa que foi solicitado e não conseguiram. É mais uma "guerra" com a Amarsul, porque também consideram que por se tratar de uma zona de baixa densidade, não querem colocar mais ecopontos. É necessário ampliar o número de

ecopontos, a Câmara Municipal já solicitou e a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho fará o ponto de situação em breve.

_ Em resposta ao Sr. Carlos Nascimento (2.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à Rua dos Marinheiros estão inteiramente de acordo, considera que o ofício que foi remetido transmite a verdade, é resultado da análise que foi efetuada e reconhecem que não obstante a questão da densidade populacional, até porque foram feitos arruamentos com menos população a residir, porque a ligação rodoviária era uma ligação estruturante e também consideram que a Rua dos Marinheiros pode ter um carácter estruturante dada a escapatória e, portanto, nesse sentido os serviços municipais estão a estudar o assunto. Entre 16 a 20 de Abril, quando estiverem no "Eu Participo", possivelmente já poderão ter a estimativa orçamental e nessa altura o Sr. Carlos Nascimento, os seus vizinhos, amigos e moradores na Rua do Marinheiros, podem depois votar no "Eu Participo", em setembro, para que essa obra possa ser priorizada e entrar no plano do próximo ano.

_ Em resposta ao Sr. Nelson Caleiro (3.), o **Sr. Presidente** refere que a situação relatada é deveras preocupante e irá solicitar à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, que tem a área do urbanismo, ajuda para acrescentar o que considerar necessário, caso não consiga colmatar em termos de informação. Refere que conhece o processo desde 2010, precisamente na altura em que era Vereador com a área do urbanismo e que conseguiram fechar a aprovação das obras de urbanização desse loteamento, na prática é um loteamento, só que é um loteamento com centenas de coproprietários. São conjuntamente promotores, através da sua Associação de Administração da Augi. Na altura as taxas urbanísticas apontavam para um valor que não chegava aos 5 milhões. Depois aconteceu o que todos já esperavam desde 2007 e que em 2010 implodiu, essa bolha do imobiliário que já tinha muitos anos, com os problemas todos no país e no mundo. Percebem também que houve questões internas da Augi, com pessoas que desapareceram e ao longo deste tempo a Câmara Municipal tem recebido notícias preocupantes. Acredita no relato do Sr. Nelson Caleiro, até porque nunca mais teve contacto com a Associação, não conhece as contas, apenas ouviu alguns murmúrios sobre alguns acontecimentos, recebeu enquanto Vereador com o pelouro do urbanismo e já enquanto Presidente alguns coproprietários preocupados, mas já há algum tempo que não tem nota do que atualmente se passa. Refere que no mandato anterior entre 2013 – 2017, a Câmara Municipal tinha como programa de trabalho, entre outras, a força maioritária na câmara, a redução das taxas, a facilitação dos procedimentos, criaram a figura do licenciamento condicionado, criaram um conjunto de incentivos e de reduções para baixar as taxas e para as pessoas poderem chegar ao alvará. Contudo, isso de pouco serve aos senhores, se o processo continuar a ter o andamento que o senhor aqui descreveu. O Município de Palmela tem uma

possibilidade de intervenção nestas matérias, reduzida a zero, naturalmente, pode influenciar, pode facilitar para que o processo possa chegar a um bom termo, porque não interessa a ninguém, ficar com aquela área que não tem nem consecução para o que ainda está no PDM e no futuro, não pode prever quanto tempo possa durar, porque a nova Lei dos solos prevê que se não houver, passa tudo a rústico novamente. O Município de Palmela, depois, nos seus instrumentos de ordenamento do Território, também tem de voltar a reclassificar o solo para outros usos. Tomou conhecimento pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho que parece ter havido nos últimos tempos contactos e souberam, precisamente, pelos piores motivos, porque tem havido solicitadores de execução, ameaças e situações em tribunal. Pouco mais sabe sobre o assunto e recorda que também o informaram que existe a possibilidade de reduzir um pouco a área e que na sua perspectiva, como está quase parece uma cidade, pelo que está na planta síntese, para poderem chegar à aprovação do alvará de construção, fica muito difícil. Uma comissão da qual ainda não teve um contacto direto, manifestou a intenção junto do serviços municipais, de vir a rever a planta síntese e julgam que se for reduzido, se calhar têm outra capacidade, outra possibilidade de ter sucesso. Conclui que não tem mais informações sobre o assunto, mas a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho poderá facultar mais esclarecimentos.

_ Em resposta ao Sr. Nuno Abílio (4.), o **Sr. Presidente** refere que na Rua do Comércio tem que haver algumas operações de conservação que, neste momento, as que estão a fazer não são as melhores e esclarece que os serviços municipais, os funcionários da autarquia desdobraram-se nestas últimas semanas, mesmo a chover, para colocar alcatrão, trata-se de massas frias para evitar que alguém parta uma jante, dura muito pouco tempo. Quando o tempo ficar mais seco, estão previstas reparações em condições e, é evidente que a Rua do Comércio, pelo trânsito que tem, daqui a uns anos vai ter que ser alvo de uma repavimentação. E deverá ter também semáforos limitadores de velocidade, ainda não o solicitou ao Sr. Vereador Adilo Costa, agora que tem a área do trânsito, e até porque o que tem auscultado por parte das populações daquela zona, parece ser a melhor solução. As outras questões referidas, como as passadeiras, está tudo contemplado na empreitada que habitualmente começa todos os anos por esta altura, março, abril e estende-se pelo Verão, a sinalização horizontal por todo o Concelho. Relativamente à iluminação, o Sr. Vereador vai solicitar que alguém vá verificar, fazendo o apelo para que não deixem de comunicar a EDP que tem agora umas plataformas muito modernas e que através do número 800 506 506, que é um número grátis, possam informar que as luminárias, na Rua x ou y estão desligadas. Considera que se os cidadãos intervirem nesse sentido, com os pedidos da Câmara Municipal, julga que conseguem mais rapidamente solucionar algumas dessas situações. Em relação ao transporte e não sabe se a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho tem informações adicionais, porque tem acompanhado estas discussões em pormenor, mas, precisamente na remodelação da rede que os TST apresentaram ao município, porque a concessão em 2019 vai possibilitar que outras empresas

venham a jogo, ficaram a conhecer algumas soluções, que eles se propõem implementar e outras que se propõem abandonar. Como referiu anteriormente, as soluções que quiserem implementar, podem implementar já, mesmo antes do novo concurso, as outras é que não podem aceitar sem serem discutidas ao nível do concurso da Área Metropolitana e nessa matéria, ficaram a perceber que a carreira que existe é para transportar as pessoas para Setúbal e mantém-se a preocupação da ligação à sede do Concelho. É uma questão de identidade e de necessidade, para resolver as questões que as pessoas têm que resolver também na sede do concelho. Nas questões da limpeza, informa que estão a procurar encontrar soluções, o Concelho de Palmela é enorme, tem demasiados espaços urbanos, pequenos aglomerados e não se consegue em cada local, gente a fazer a varredura, porque atualmente quase não têm funcionários que cheguem para os centros das localidades, aglomerados com cerca de 20 mil habitantes, quanto mais para estes espaços habitacionais dispersos pelo Concelho de Palmela. De vez em quando vai uma varredora, uma aplicação de monda química, mas irão procurar com as chamadas de atenção dos munícipes, nalgumas ruas procurar reforçar o trabalho. Relativamente à Escola Básica de Brejos do Assa ficam muito satisfeitos que o projeto e a solução encontrada agradem à população. Em relação às outras questões levantadas, vão procurar equacioná-las.

_ Em resposta ao Sr. João Marques (5.), o **Sr. Presidente** refere que a lista que tem apresentado ao longo de várias reuniões, nomeadamente o Jardim Ferreira da Costa, mais do que ser alterado, vai ter todo um conceito completamente diferente, como já referiu na reunião anterior. O projeto antigo tinha um conceito com pequenos canteiros e que depois ninguém iria conseguir dar conta daquilo, pois ficam degradados pelo mau uso. O conceito que estão a desenhar e que os moradores vão poder opinar sobre ele, porque irão mostrar o projeto antes de avançar com a obra, não está previsto para 2018, está previsto para 2019 e 2020, eventualmente executado em 2 fases, sendo que o parque infantil está a ser priorizado. Esclarece que a questão da mudança de areias foi feita dentro dos prazos e na sequência da inspeção que é feita aos parques. No âmbito da remodelação que está a ser programada, o pavimento vai ser em "EPDM", um pavimento sintético, idêntico ao que têm colocado nos logradouros de algumas escolas. O ginásio ao ar livre está também equacionado e irá ser colocado futuramente de forma a ficar integrado no espaço.

Relativamente à questão da passagem pedonal tem que ser revista, o Sr. Vereador tem essa questão sinalizada mas são daquelas questões que a Refer fez e que depois não assume, enfim a ter em conta que se trata de um problema, que vão ter que priorizar uma solução para essa questão.

Relativamente à Rua Jaime Baião, o **Sr. Presidente** refere que é uma daquelas situações que está na lista e que é para substituir a calçada por betuminoso, mas a prioridade e o

compromisso assumido com a população, é a Rua Humberto Delgado, em duas fases que já está no plano para 2018 e 2019. Em relação às bermas, vão fazendo aos poucos, porque o Sr. Vereador tem um orçamento de 40 mil euros para todo o Concelho e isso quase não dá para nada. Para a estrada da Palhota também está programado fazer pequenas obras de conservação. Na recolha de RSU, é verdade que se registaram alguns episódios em que houve avarias nas viaturas e não conseguiram fazer os circuitos com a regularidade programada.

_ Em resposta ao Sr. Mário Couto (6.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente ao saneamento, sem dúvida que ficou feito, demorou muito tempo, a Câmara Municipal procurou cumprir com o assumido, mas informa que a rede ali, ainda não está terminada, há uma 2ª fase. Depois de terem discutido em reunião interna de coordenação, na Assembleia Geral da Simarsul que decorreu na semana passada, estiveram quase a votar contra os documentos apresentados pela Simarsul, mas por solidariedade com o resto dos municípios, porque os municípios lá são minoritários, acabaram por votar a favor, mas fez-se uma declaração de voto, com voto de protesto, porque não está no plano de investimentos, a 2ª fase da zona de Aljezur.

Relativamente às bermas, as que estavam calcetadas sofreram um bocadinho, como sofreu o pavimento das ruas, quando houve a abertura, depois o alcatrão nunca mais é o mesmo, mas têm de continuar a fazer e é um problema nas estradas municipais, as bermas, porque as pessoas precisam de espaço para andar a pé. Quanto à divulgação da reunião é a que fazem habitualmente e refere que muitas pessoas tomaram conhecimento da reunião, mas que preferem mandar uns recados pelo Facebook, em vez de virem à reunião. A sala não está mal composta, mas tem razão, deveria estar mais gente presente. Em relação ao Rouxinol, é complexo, também achava como cidadão, como munícipe e como autarca que era património de todos. O problema é que todo aquele património foi todo penhorado pelas dívidas ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Infelizmente não tem a possibilidade de ressuscitar, por vezes há projetos que podem ser reabilitados, criar uma outra resposta mais sustentada, mas no caso do Rouxinol enquanto não se pagar a dívida, não há nada que se possa fazer. A necessidade agora é a regularização da questão do terreno do Centro de Saúde, porque senão, qualquer dia, também alguém vende o terreno do Centro de Saúde e não diz nada a ninguém. Não o podem deixar fugir daqui, tem poucos médicos e uma enfermeira que aparece de vez em quando, mas têm que lutar por aquele espaço.

Volta a ser dada a palavra ao Público. Intervêm:

Sr. Camilo Fernandes (7.)

Cumprimenta os presentes e vem reforçar mais uma vez o que já foi dito pelo Sr. Mário Couto, da falta de informação sobre a realização desta reunião aqui em Algeruz. Refere que é uma

peessoa que normalmente se deslocava muitas vezes a Palmela, com regularidade e hoje nem se apercebeu o que se passava. Viu muitos carros estacionados e veio ver o que se passava. Gostaria de saber se há outra forma de fazer chegar às pessoas estas informações. Quanto ao Rouxinol, não quer adiantar muito mais do que já foi dito, foi uma tristeza o que aconteceu, tem lá em casa um exemplo, de um ano com ordenados por receber e custa passar ali e ver aquilo tudo cheio de ervas a degradar-se, pelo que, não sabe se a Câmara pode fazer alguma coisa sobre isso. Outra situação que quer apresentar, são as passadeiras e perto da paragem que está em frente à coletividade, onde também as crianças passam para irem para a escola, verifica que ninguém respeita aquela passadeira. Refere que é contra as lombas, mas acha que qualquer dia pode acontecer ali uma desgraça. É a passadeira junto à paragem dos autocarros, antes da Rua Manuel Simões.

Sr. Américo Correia (8.)

Cumprimenta os presentes e refere que em primeiro lugar, quer agradecer ao Sr. Presidente e a todos os representantes da Câmara Municipal por terem alcatroado a Azinhaga de Mata Mouros, já não há buracos. Em segundo lugar, refere que o nome Mata Mouros é um nome muito antigo e histórico aqui na zona e o Sr. Doutor e Professor Emídio Fortuna uma vez explicou-lhe que esse nome deriva, quando D. Afonso Henriques quis conquistar Palmela, o Castelo de Palmela e deixou cá em baixo um grande exército, os Mouros também desceram e ali se deu uma batalha, daí o nome Mata Mouros. Os Mouros estavam a fugir todos para o lado do Rio Sado e foram mortos ali. Se é lenda ou não, acha que o nome de Azinhaga Mata Mouros é muito importante, mas a avenida principal deveria ter um outro nome. Em terceiro lugar quer congratular-se com a vitória do Sobreiro de Águas de Moura, mas refere que tem um Pinheiro Manso na sua casa com cento e tal anos e agora com esta "coisa" dos fogos, não tem possibilidades de mandar alguém cortar o Pinheiro, porque é muito grande. Tem medo e tem grandes troncos que estão por cima da casa que era do seu sogro, que já partiu e onde vive a sua filha e, tem medo que mais dia, menos dia, caia e pede à Câmara Municipal de Palmela que o ajude a limpar aquele Pinheiro. Ainda sobre o Rouxinol, refere que esteve oito anos no Rouxinol, entrou com espírito associativo, com amor à camisola e deu tudo sem ganhar um tostão, foi naquele período em que eram todos voluntários. Houve uma má gestão e foi responsável por essa má gestão também, porque naquela altura a Segurança Social obrigou-os a mudar tudo, como era o sistema europeu, exigiu que mudassem a estrutura toda e não havia dinheiro para isso e foram pedir dinheiro ao Banco e a Segurança Social teve conhecimento disso. Houve várias direções, mas foi a primeira direção que fez o pedido ao Banco e depois não foi cumprido o pagamento. Tomou conhecimento que na última direção que o Rouxinol teve, que essa dívida existiu sempre. Há oito anos as coisas eram diferentes e não sabia e era apenas um vogal e um vogal não pode assinar cheques, tinha que ser o presidente ou o tesoureiro. Com isto tem uma penhora há dois anos no ordenado mínimo que recebe. Acha que

há uma grande injustiça, porque fez muito pelo Rouxinol, trabalhou muito. Acha que não merece, porque assinou, mas sem conhecimento do que se passava e acha que é uma injustiça muito grande.

Volta a ser dada a palavra ao Público. Intervém:

Sr. Nelson Caleira (3.)

Solicita novamente a palavra para falar das falhas de energia da comunicação de leituras e refere que a EDP distribuição tem uma aplicação, em que podem comunicar se o foco da rua está fundido ou outra avaria. Refere que é trabalhador da EDP distribuição e que esta aplicação ainda só está disponível só pela internet e é a APP da EDP distribuição e a mesma funciona.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Múncipes, são prestadas as seguintes explicações:

_ Em resposta ao Sr. Camilo Fernandes (7.) o **Sr. Presidente** refere que tem razão, a Câmara pode e deve sempre publicitar melhor, fazem anúncios nos jornais, fazem uns papéis, enviam para as Juntas de freguesia, têm cartazes nas coletividades mas, de facto, há outras formas de fazer e têm que procurar publicitar melhor, sobretudo quando têm mais tempo, neste momento têm vindo de uma sequência de reuniões e eventos, que quase não conseguem respirar.

Relativamente à passadeira vão estudar uma solução, provavelmente com o levantamento das bandas cromáticas, sinalizar melhor, enfim, vão fazer esse estudo e essa intervenção.

Em relação à Azinhaga de Mata Mouros, o nome tem alguma fundamentação, já foi aprovada há uns anos e refere que gosta do termo Azinhaga, que deriva do árabe *al-zinaí* que significa precisamente caminho, vereda estreita e a zona era, de facto, estreita.

Sobre o Pinheiro Manso, é efetivamente o que se ouve dizer, os proprietários é que têm que limpar, desbastar. As Câmaras se forem aos terrenos privados, só depois de terem sido multados, mas estão disponíveis, contactando com o Dr. José Alexandre, o Chefe de Gabinete da Presidência para poder enviar a Proteção Civil ao local, porque sendo um Pinheiro tão robusto, pode ser que alguma empresa queira fazer esse trabalho em troca da madeira. É algo que já acontece há muito tempo, mas neste momento é complicado porque anda tudo muito aflito com as limpezas. Refere que podem ir avaliar a situação, porque as questões de segurança têm que estar em primeiro lugar. O que relatou sobre o Rouxinol, não querendo entrar em pormenores, refere que conhece algumas dessas fases, mas tem que ver sobretudo, com generosidade desses processos em que as pessoas de uma forma voluntária e amadora, no bom sentido, assumiram responsabilidades e as situações tornaram-se mais complexas e, pronto, porque isto de ser dirigente associativo tem destas coisas e ser autarca também.

Lamenta que não tenha havido, a tempo e horas, a perceção da gravidade do assunto, para se poder ter criado um plano de recuperação financeira para a instituição, porque é uma pena perder-se as instalações, o património e o trabalho social que era feito.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, a Moção (Pela Supressão de Portagens no Troço Palmela-Setúbal da A2)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da moção (Pela Supressão de Portagens no Troço Palmela-Setúbal da A2) no Período Antes da Ordem do Dia.

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte moção:

• MOÇÃO (Pela Supressão de Portagens no Troço Palmela-Setúbal da A2)

“As políticas de mobilidade têm hoje um alcance que vai muito para além da esfera estrita da capacidade de deslocação, transação e comunicação. Os sistemas viários e de transportes têm um papel central nas questões da sustentabilidade ambiental e coesão social, cabendo-lhes garantir soluções eficazes mas também seguras, acessíveis e sustentáveis, com respeito pela saúde humana e pelo meio ambiente.

Cabe aos poderes públicos, cada um na sua esfera de competências, promover o uso do transporte público, soluções de mobilidade suave e, entre outras medidas, investir na rede ferroviária e rodoviária. Essa é a forma de retirar tráfego dos núcleos urbanos, reduzir a sinistralidade e os congestionamentos e favorecer as deslocações com segurança, conforto e menos impacto negativo para as pessoas, as instituições e o ambiente.

Apesar dos investimentos do município de Palmela na promoção de uma mobilidade mais sustentável, considerando que o território municipal é atravessado e ladeado por três autoestradas e cinco estradas nacionais, há medidas essenciais que são da responsabilidade da Administração Central. Cabe-lhe, entre outras responsabilidades, resolver o problema do trânsito nas estradas nacionais.

É notório o aumento dos movimentos pendulares, com grande acréscimo de tráfego na EN 252, entre Pinhal Novo e Setúbal e na EN379, entre Palmela e a Volta da Pedra, onde as duas vias confluem, sujeitando-as, bem como às vias adjacentes, a cargas de utilização para as quais não foram concebidas.

O crescimento de todas as localidades nestes eixos de ligação a Palmela e Setúbal; e a fuga de ligeiros e de pesados de mercadorias para evitar as portagens, têm tido forte impacto negativo na vida dos cidadãos e das cidadãs residentes e automobilistas, devido ao elevado volume de trânsito, em particular nas horas de ponta.

Assim, considerando,

- Que as estradas nacionais 252 e 379 deveriam ter cada vez menos características de estrada nacional, atento o contínuo urbano em que se inserem, nomeadamente nas zonas de Palmela, Aires, Volta da Pedra e Pinhal Novo;
- Que, apesar disso, não só se mantém, como se reforçou até o trânsito não local nas mesmas;
- Que, apesar das insistentes propostas do município, de há vários anos, continuam por implementar as variantes a estas estradas nacionais;
- Que a existência de portagens no troço da A2 entre Setúbal e Palmela contribui para aumentar o tráfego nestas localidades, com fortes consequências negativas para as pessoas, as instituições e o ambiente;

Reunida a 21 de março de 2018, a Câmara Municipal delibera exigir a abolição imediata da portagem para quem circula entre Palmela e Setúbal e vice-versa, ou a sua suspensão até à construção de vias variantes à Estrada Nacional 379 e à Estrada Nacional 252.

Enviar a presente moção às seguintes entidades:

- Presidente da Assembleia da República
- Primeiro-Ministro
- Ministro do Planeamento e das Infraestruturas
- Secretário de Estado das Infraestruturas
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Assembleia Municipal de Palmela
- Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
- Câmara Municipal de Setúbal
- Conselho Metropolitano de Lisboa
- Conselho Local de Mobilidade
- IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.
- Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.
- Comunicação Social”

Sobre a Moção (Pela Supressão de Portagens no Troço Palmela-Setúbal da A2) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes, congratula-se por estar nesta coletividade em reunião descentralizada no âmbito da Semana da freguesia de Palmela e refere que ontem teve uma reunião com elementos do Gabinete do Ministro das Infraestruturas, na qual se falou de dois aspetos, nomeadamente da Estrada Nacional 252 e da 379. Considera que é um problema que há muito se arrasta, tem alguma dificuldade em ver uma solução próxima e acha que uma boa solução era exatamente, suspender as portagens. Não sendo uma solução, é mais um remendo, mas seria de facto, a possibilidade de retirar algum tráfego, alguma pressão do tráfego, nomeadamente o trânsito pesado sobretudo da EN 379. Possibilitaria que o trânsito fluísse melhor e diminuiria a sinistralidade que se começa a verificar naqueles troços, pelo que irão votar favoravelmente a presente Moção. Refere também que já se perdeu muitos anos sem se fazer as obras e estas duas obras são estruturantes e fundamentais, cada vez é mais difícil criar corredores, nomeadamente na EN 379, criar um corredor que seja razoável em termos económicos e que seja possível fazer esse escoamento de trânsito entre Palmela e Setúbal. Também retirando o trânsito pesado e aquele que circula de passagem pela EN 252, no centro de Pinhal Novo, é fundamental para a qualidade de vida dos que ali residem. Nessa perspetiva embora considerem que a abolição das portagens seja impossível acha que é uma boa solução para já, a suspensão da mesma até resolução destes problemas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e agradece aos anfitriões da reunião, pela disponibilidade para os acolher. Sobre a Moção refere tem uma perspetiva abolicionista, mas tem também uma perspetiva de alguma solução que lhe parece ser de ponderar, de facto, quer o problema da Estrada Nacional 252, quer o problema da Estrada Nacional 379, é um problema que se arrasta há muitos anos. Este problema, enquanto não houve portagem nesse troço, em certa medida, estava contrabalançado porque as pessoas faziam esse desvio. Contudo, e o Sr. Vereador Raul Cristovão abordou esta questão, entende que com o crescimento dos aglomerados populacionais, começa a ser cada vez mais difícil criar variantes, quer para uma ou para outra estrada. A questão da supressão desta portagem pode ser em certa medida, e não estão a falar de uma medida transitória, porque em alguns casos vai ser difícil fazer as variantes, como sonharam há uns anos atrás. Recorda-se que quando esta portagem foi criada, na altura e noutra fórum, ele próprio tinha referido que esta não fazia muito sentido, porque quando o troço foi feito não tinha inicialmente portagem e sempre foi dito que uma autoestrada não deve servir para fazer de variante a uma estrada nacional e que haveria de haver uma solução. Decorreram estes anos todos e a solução não foi encontrada e não foi construída, portanto, urge criar aqui soluções. A situação é que a pressão sobre as estradas nacionais, a pressão sobre os aglomerados populacionais, as questões ambientais que são colocadas e as questões de segurança que tem crescentemente provocado alguns acidentes. A questão que também é aqui colocada era, e considera que poderia ficar frisado,

votando favoravelmente a moção, o facto de terem que ter consciência que estão a falar de uma concessão e que, naturalmente, o concessionário com a supressão da portagem vai querer ser de alguma forma indemnizado ou ressarcido e considera que deveriam, de uma forma clara, dizer desde o início que, não os estão a pôr fora do problema e querem contribuir para a resolução do problema. Pretende-se acima de tudo, contribuir para a resolução do problema das populações, que são confrontadas quando têm que estar em filas intermináveis, os problemas de segurança e de circulação quer na Nacional 252, quer na Nacional 379. Refere que lhe parece uma proposta equilibrada, sendo que é importante que se frise que esta questão da supressão pode, não ser uma solução temporária, porque considera difícil que uma variante, com a pressão que já existe à volta destas vias nacionais, consiga resolver os problemas que este troço, que se pretende a supressão da portagem entre Palmela e Setúbal, de alguma forma, resolva sem problemas de mais, para o fluxo de trânsito naquela autoestrada e, portanto, votará favoravelmente.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e agradece ao Grupo Desportivo de Algeruz pela cedência do espaço para a realização da reunião de Câmara. Relativamente à Moção, considera que é mais do que justa e que deve ser apoiada por todas as forças políticas sem qualquer reserva. Se não resultar nesta altura, o problema que existe do trânsito nestas zonas, é necessário continuar a insistir, para que se resolva esta situação. Esta Moção merece claramente o seu apoio e votará favoravelmente.

O **Sr. Presidente** refere que gostaria de dar mais algumas informações que melhor fundamentam e contextualizam a oportunidade deste ato político. Têm estado, no âmbito do Conselho Metropolitano, a discutir questões de infraestruturas, algumas delas a pensar já no Portugal 20-30, apesar de não saber se é assim que se vai chamar, num momento em que as concessões têm que ser avaliadas e reequacionadas. Enquanto que alguns municípios pediram para terem mais acessos às Autoestradas, porque provavelmente poderá dar alguma fluidez de trânsito nalguns locais da Área Metropolitana de Lisboa, a perspetiva da Câmara Municipal de Palmela é outra, já disseram várias vezes o porquê, mas aproveitaram a oportunidade para chamar à atenção, para o valor que está implícito nesta portagem, que não deve ser daquilo que mais pesa para o Estado vir a indemnizar a concessionária, mas sobretudo, o investimento que pode vir a ser feito noutras circulares e variantes, porque mesmo a variante à EN 379 tem um valor elevadíssimo e pode ficar eternamente nos Planos Diretores Municipais, até daqui a 30 ou 40 anos, nunca serão feitas e estão a impedir outras coisas de serem feitas.

Entre 2001 e 2009 este assunto chegou a ir à Assembleia Municipal de Palmela, a questão foi colocada, precisamente quando foram aplicadas as portagens, tendo sido a bancada da CDU a levantar essa questão. No Plano Diretor Municipal - PDM têm dois espaços canais para as duas variantes que estão a referir, para a EN 379 que começa junto à Azinhaga de Mata Mouros na estrada das Padeiras e que passa junto Palser e vai dar junto à rotunda onde estão as portagens de Palmela. Também a EN 252 tinha uma variante a poente no PDM, mas já tem o

estudo da diretriz para uma variante a nascente, que esteve quase para começar em 2012, quando estavam na expectativa da instalação da Plataforma Logística. Aliás, há um contrato assinado entre a LogZ, a Brisa, as Estradas de Portugal à época, o InIR (Instituto de Infraestruturas Rodoviárias IP), que também já não existe, o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas e a camarada Ana Teresa Vicente, na altura Presidente da Câmara Municipal de Palmela, que pressupunha o avanço dessa obra num prazo de 2 anos. Neste momento, para retirarem o trânsito entre Batudes e Setúbal e no eixo Palmela e Setúbal precisariam de fazer uma variante que está no espaço-canal, tem custos elevadíssimos na ordem de vários milhões, que está neste momento a impedir atividades económicas de ampliarem as suas instalações, a impedir cidadãos de construir, porque estando no espaço-canal ninguém pode fazer nada naquela faixa. E se não vai para a frente, porque depois a ligação da variante era para ir até ao Porto de Setúbal e vão fazer a variante para quê? É uma questão que o país tem de equacionar, não é só uma questão local, é uma questão regional fazer uma variante pelo meio das propriedades, das localidades, das pessoas, dividindo propriedades. Apresentaram aqui a solução e há que equacionar a hipótese da indemnização aos concessionários, sem prejuízo da variante à EN 252 a nascente continuar no plano das reivindicações que, aliás, é estruturante e indispensável para o Concelho de Palmela. Com o Aeroporto no Montijo ou em Alcochete, a variante a Pinhal Novo, desde a saída da A-12, seja na zona de Batudes ou num eixo mais curto, que também está a ser estudada poder sair junto à Estrada do Montinhoso na zona dos antigos armazéns da Agaerre, é fundamental para o Concelho. Apresentaram esse assunto no Conselho Metropolitano, esta proposta entre outras, consideram que está na altura da Tutela estudar, com esta perspetiva, de quanto é que custa fazer uma variante e quantos mais anos vão estar à espera, os impactos negativos que isso tem na vida das pessoas e no território, quando têm um eixo que pode evitar que o país faça esse investimento.

Submetida a Moção (Pela Supressão de Portagens no Troço Palmela-Setúbal da A2) a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, o Voto de Pesar (Mário Vinhas) no Período Antes da Ordem do Dia – a ser apresentada pelos/a eleitos/a do PS

Aprovado, por unanimidade, a admissão Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

Pela **Sra. Vereadora Mara Rebelo** é apresentada o seguinte Voto de Pesar:

• **Voto de Pesar (Mário Vinhas)**

“Empresário e mecenas da Herdade do Zambujal, Mário Vinhas faleceu, no passado domingo, aos 90 anos de idade.

Padrinho das Marchas de Águas de Moura, deixa um enorme vazio na sua comunidade, pois ao longo dos últimos anos apoiou e marcou sempre presença nas Festas Populares de S. Pedro da Marateca.

Gente de fino trato, personalidade afável e fascinante, é assumidamente uma das figuras mais admiradas da coudelaria e ganadaria.

Reconhecido ganadeiro, dedicou toda a sua vida a tarefas campestres, tendo fundado em 1946 a *Ganadaria das Vinhas*.

Associado à sua pessoa fica também o trabalho desenvolvido na criação de cavalos Lusitanos, sendo possível encontrar muitos dos seus animais em coudelarias de cavaleiros de renome.

Reunida a 21 de março de 2018, em sessão pública, a Câmara Municipal de Palmela expressa o seu pesar pelo desaparecimento de Mário Vinhas, à família e à sua comunidade.”

Submetido o Voto de Pesar (Mário Vinhas) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Aprovado, por unanimidade, a admissão da Saudação (Vencedores da Grande Marcha de Lisboa de 2018) no Período Antes da Ordem do Dia. – A ser apresentada pelos/a eleitos/a do PS

• **Saudação (Vencedores da Grande Marcha de Lisboa de 2018)** – a ser apresentada pela Sra. Vereadora Mara Rebelo

“José Condinho, compositor e professor de música de Palmela, foi o grande vencedor da *Grande Marcha de Lisboa de 2018*, entre 28 candidaturas apresentadas a concurso.

Parabenizamos igualmente Dina Barco, escritora e professora na Escola José Maria dos Santos em Pinhal Novo, autora da letra e, também, a palmelense Cristina Delícias, artista que cantou a partitura a concurso.

Os dois artistas palmelenses e a poetisa conseguem colocar o concelho no mais alto patamar das Marchas Populares de Lisboa, com o tema "Saudade de Vasco Santana", que será cantado por mais de duas dezenas de marchas.

À semelhança dos anos anteriores, a letra das composições deveria versar sobre o tema "Lisboa" e, este ano, cumulativamente, sobre "A canção de Lisboa – Homenagem a Vasco Santana", numa homenagem ao artista português nas Festas de Lisboa, quando se assinalam os 120 anos do seu nascimento e 60 do seu desaparecimento.

Reunida a 21 de março de 2018, em sessão pública, a Câmara Municipal de Palmela saúda a vitória alcançada pelos três artistas do Concelho de Palmela.”

Submetida a Saudação (Vencedores da Grande Marcha de Lisboa de 2018) a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação a José Condinho no Período Antes da Ordem do Dia.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação a Alquimia dos Sabores no Período Antes da Ordem do Dia.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação a Adega Camolas no Período Antes da Ordem do Dia.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação a Adega Cooperativa de Palmela no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos. Logo após, passa à apresentação das Saudações que se transcrevem:

• **SAUDAÇÃO (José Condinho).**

“José Condinho, professor e músico residente em Palmela, venceu o Concurso Grande Marcha de Lisboa 2018, com o tema “Vasco é Saudade”.

Numa parceria com a professora e escritora Dina Barco, que escreveu a letra, José Condinho compôs a música que viria a vencer o referido concurso.

De um total de 28 candidaturas recebidas para esta edição do concurso, “Vasco é Saudade” foi a Marcha escolhida pelo júri deste ano, composto pelo Maestro Carlos Alberto Moniz, em representação da Sociedade Portuguesa de Autores (apreciação na generalidade), a fadista Aldina Duarte (apreciação da letra) e o Maestro Cesário Costa (apreciação da música).

Organizado há mais de duas décadas, o Concurso promovido pela CMLisboa e pela EGEAC abre a todos e a todas a oportunidade para comporem a letra e a música da Grande Marcha de Lisboa que será o “hino” das festas populares da cidade.

Além de um prémio pecuniário, a canção selecionada será interpretada por todas as Marchas Populares nas exposições do Altice Arena que antecedem o desfile, na noite de 12 de junho, na Avenida da Liberdade.

Para além desta participação, José Condinho tem sido compositor de algumas Marchas Populares, tendo vencido em 2016 o concurso da Grande Marcha de Setúbal, numa parceria com José Condença, também município de Palmela.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida no dia 21 de Março de 2018, em Algeruz, Palmela, saúda o professor e músico José Manuel Venda Condinho por esta distinção e deseja os maiores êxitos na sua atividade profissional.”

Submetida a Saudação (José Condinho) a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.

Atendendo que ambas as Saudações abordam o mesmo assunto (Vencedores da Grande Marcha de Lisboa de 2018 e José Condinho) acima transcritas, resulta o texto final que se passa a seguir e que é sujeito a deliberação:

• **SAUDAÇÃO (José Condinho).**

“José Condinho, professor e músico residente em Palmela, foi o compositor vencedor do Concurso Grande Marcha de Lisboa 2018, com o tema “Vasco é Saudade”, uma homenagem ao artista português, quando passam 120 anos do seu nascimento e 60 da sua morte.

Parabenizamos igualmente Dina Barco, escritora e professora na Escola José Maria dos Santos em Pinhal Novo, autora da letra e, também, a palmelense Cristina Delícias, artista que cantou a partitura a concurso.

De um total de 28 candidaturas recebidas para esta edição do concurso, “Vasco é Saudade” foi a Marcha escolhida pelo júri deste ano, composto pelo Maestro Carlos Alberto Moniz, em representação da Sociedade Portuguesa de Autores (apreciação na generalidade), a fadista Aldina Duarte (apreciação da letra) e o Maestro Cesário Costa (apreciação da música).

Organizado há mais de duas décadas, o Concurso promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e pela EGEAC abre a todos e a todas a oportunidade para comporem a letra e a música da Grande Marcha de Lisboa que será o “hino” das festas populares da cidade.

Os dois artistas palmelenses e a poetisa conseguem assim colocar o concelho no mais alto patamar das Marchas Populares de Lisboa, com o tema “Vasco é Saudade”, canção que será interpretada por todas as Marchas Populares nas exibições do Altice Arena que antecedem o desfile, na noite de 12 de junho, na Avenida da Liberdade.

Recorde-se que José Condinho tem sido compositor de algumas Marchas Populares, tendo vencido em 2016 o concurso da Grande Marcha de Setúbal, numa parceria com José Condença, também munícipe de Palmela.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida no dia 21 de Março de 2018, em Algeruz, Palmela, saúda o professor e músico José Manuel Venda Condinho por esta distinção e deseja os maiores êxitos na sua atividade profissional.”

Submetida a Saudação (José Condinho) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **SAUDAÇÃO (Alquimia dos Sabores).**

“No passado dia 7 de fevereiro, decorreu em Santarém, o 5º Concurso Nacional de Sal e Condimentos Tradicionais Portugueses, numa iniciativa do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e da Qualifica/OriGIn Portugal.

Este concurso visa premiar, promover, valorizar e divulgar o sal e condimentos tradicionais, genuínos e exclusivamente produzidos em Portugal.

O Júri deste concurso é composto por personalidades do meio académico, profissional, da restauração e gastronomia, da distribuição e da comunicação social, de origens geográficas diversificadas.

Desta feita, o nosso concelho viu a empresa Alquimia dos Sabores arrecadar os prémios Ouro, na categoria de condimentos à base de pimento para a sua Compota de Malagueta e a distinção "O Melhor dos Melhores", com os Pickles Doces.

Reunida na sede do grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, a 21 de março de 2018, a Câmara Municipal de Palmela saúda a empresa Alquimia dos Sabores, por mais esta distinção, que vem contribuir para a afirmação da nossa região como um território de excelência, em termos de produtos, mas também de empreendedores."

Submetida a Saudação (Alquimia dos Sabores) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **SAUDAÇÃO (Adega Camolas).**

"Os prémios e distinções permitem valorizar os produtos, acentuando o reconhecimento da qualidade face ao mercado. Neste caso em particular, o vinho da Adega Camolas.

O Camolas Selection Tinto Reserva conquistou uma Medalha de Prata no XVI Concurso Internacional de Vinhos Bacchus Madrid 2018.

Este é o único concurso internacional de vinhos que decorre em Espanha, reconhecido pela International Organisation of Vine and Wine (OIV) e contou com a presença de 60 provadores, que avaliaram 1.600 amostras, provenientes de 16 países produtores de todo o mundo.

Esta distinção é obtida com grande orgulho, num quadro de Concurso em que os vinhos da gama "Camolas Selection", integraram 1 dos 3 vinhos galardoados, do distrito de Setúbal.

Reunida na sede do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, a 21 de março de 2018, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Adega Camolas, pelo reconhecido trabalho que tem vindo a realizar e pela excelência de qualidade dos seus vinhos."

Submetida a Saudação (Adega Camolas) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **SAUDAÇÃO (Adega Cooperativa de Palmela).**

"A Adega de Palmela continua a conquistar prémios e distinções em todo o mundo, afirmando cada vez mais a sua marca e assumindo-se como referência e garantia de qualidade no setor.

Na sequência deste trabalho, conquistou recentemente uma Medalha de Prata no Concurso MUNDUS VINI Spring Tasting 2018, com o vinho Vale dos Barris Castelão 2015.

O evento MUNDUS VINI Spring Tasting 2018 decorreu na Alemanha, contando com a participação de cerca de 150 regiões vitivinícolas de todo o mundo, onde estiveram representados cerca de 6.770 vinhos, o maior número de vinhos em prova alguma vez alcançado neste concurso.

Este concurso, que celebra o seu 20º aniversário, é considerado em todo o mundo como uma das principais competições para vinhos espumantes, tranquilos e licorosos e contou com um painel de provadores de quase 270 especialistas em vinhos oriundos de 44 países.

Reunida na sede do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, a 21 de março de 2018, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Adega Cooperativa de Palmela, pelo mérito do trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da qualidade dos vinhos do nosso concelho, e da valorização dos mesmos, tanto a nível nacional, como internacional.”

Submetida a Saudação (Adega Cooperativa de Palmela) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Novo Procedimento para contratação de obra do passeio entre o Centro de Saúde e o Cemitério** – O Sr. Presidente dá nota do novo procedimento para a contratação da obra, do passeio entre o Centro de Saúde e o Cemitério de Palmela, para garantir segurança, qualidade e acessibilidade daquele troço da estrada. O procedimento de consulta prévia tem um preço base que, acrescido de IVA, é cerca de 61.500 euros, a obra inclui não apenas um passeio, mas toda a drenagem pluvial que ali é complexa pelo que se espera que apareçam empresas para adjudicar rapidamente, por forma a dar início à obra. Refere também que o Município de Palmela tem estado a desenvolver estudos, para que haja um contínuo, em matéria de acessibilidade pedonal, até à Volta da Pedra e, portanto, também estão a trabalhar em projetos para poderem ver com as Infraestruturas de Portugal entre a rotunda situada na zona da Lage – Palmela até à Volta da Pedra e depois até Aires, na lógica da promoção da acessibilidade e dos circuitos pedonais.

• **Adjudicada obra de construção da 2ª fase da Ecopista de Pinhal Novo** – O Sr. Presidente refere que foi adjudicada durante esta semana a obra de construção da 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo, a parte que liga a ecopista poente, junto à zona da Vila Serena até ao limite do Concelho de Palmela que vai quase até à Jardía, à Estrada dos Quatro Marcos, Concelho do Montijo. É também uma obra candidatada a fundos, que está inserida num âmbito de uma candidatura mais vasta chamada Ciclop 7, que tem ligações com vários municípios,

Montijo vai ligar a Palmela, a Setúbal também na 2ª fase de Aires. Trata-se de um projeto ambicioso, mas por troços. É uma extensão de cerca de 2 quilómetros e vai ter o que a anterior já tinha, no que diz respeito ao mobiliário urbano e iluminação, um layout idêntico àquele que existe na ciclovia poente a Pinhal Novo e tem o valor de 293 mil euros na adjudicação.

● **Escola de Brejos do Assa – O Sr. Presidente** refere que já deu nota no início da Reunião do ponto de situação das obras na Escola de Brejos do Assa e recorda que se trata de um investimento na ordem dos 104 mil euros.

● **Dia da Árvore – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que foram feitas no dia 20 e 21 de março, plantações em espaço público com a Escola Básica Palmela 2, a Escola Básica de Águas de Moura e também com a empresa Visteon ao abrigo do programa Mecenaz de Palmela. Refere que foram plantados dois Sobreiros junto do Sobreiro “Assobiador” e que têm sido feitas replantações em vários locais do Concelho de Palmela, durante toda a semana e prolongar-se-ão até abril. Informa que no dia 25 de março irá realizar-se a Caminhada Desportiva “Dia Mundial da Floresta” na Serra de S. Luís, Parque Natural da Arrábida, dirigida a população em geral, incluindo a distribuição de folheto sensibilizando para a diversidade da flora no local. No dia 7 de abril haverá também uma visita de acompanhamento à Horta Comunitária de Pinhal Novo, para partilha de experiências, acolhimento de novos hortelãos e ainda para a assinatura de renovação dos acordos de utilização de parcela.

● **Hora do Planeta – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que no dia 24 de março celebra-se a Hora do Planeta, uma iniciativa global ambiental promovida pela World Wildlife Foundation (WWF), em que indivíduos, empresas, governos e comunidades são convidadas a desligarem as suas luzes durante uma hora, para mostrarem o seu apoio à ação ambientalmente sustentável. O Município de Palmela, empenhado que está na implementação de medidas de sustentabilidade, adere uma vez mais a este evento, desligando simbolicamente, entre as 20h30 e as 21h30 no dia 24 de março, as luzes de alguns edifícios e locais emblemáticos do Concelho de Palmela, como o Castelo, os Paços do Concelho, o Largo do Pelourinho, a Alameda D. Nuno Álvares Pereira e o Cineteatro S. João em Palmela, em Pinhal Novo, o Coreto do Jardim José Maria dos Santos, o Monumento ao Ferroviário e em Poceirão, o Centro Cultural. Ainda nesse dia, integrado no “Março A Partir”, o evento ManifestArte, a decorrer no Largo dos Paços do Concelho vai também desligar, por breves minutos, as luzes do palco em alusão à Hora do Planeta.

O Município de Palmela convida a comunidade a participar, desligando, também, as luzes nas suas residências e noutros edifícios durante esse período.

• **Colóquio "Os Desafios da Saúde Mental nas Respostas Sociais para Idosos"** – O Sr. **Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e informa que no próximo dia 22 de março, pelas 14h00, na Biblioteca Municipal de Palmela, realizar-se-á o *Colóquio "Os Desafios da Saúde Mental nas Respostas Sociais para Idosos"*, uma iniciativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social com intervenção na área das Pessoas Idosas e da Câmara Municipal de Palmela, neste ano, que já vai na quinta edição. A presente iniciativa, de cariz técnico, pretende constituir-se como um momento de reflexão e diálogo sobre uma temática considerada atual e pertinente, a Saúde Mental, reunindo, para o efeito, instituições da rede solidária, a academia, as estruturas formais com competência e a comunidade. Esta parceria local e de outras entidades é uma iniciativa gratuita, dirigida aos profissionais com intervenção junto das pessoas idosas e à comunidade em geral.

• **Fins-de-semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha** – O Sr. **Vereador Luís Miguel Calha** refere que por forma a dar continuidade ao calendário anual do Programa de Promoção Gastronómica "Palmela – Experiências com Sabor!", realizar-se-ão nos dias 30 de março a 1 de abril e de 6 a 8 de abril, os Fins-de-semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha. Refere que nesses Fins-de-semana Gastronómicos os estabelecimentos aderentes irão confeccionar entradas, pratos principais e sobremesas com Queijo de Azeitão, Queijo seco, Queijo amanteigado, Queijo fresco e Requeijão de Ovelha. Durante esta iniciativa, os clientes dos 23 estabelecimentos de restauração aderentes, terão oportunidade de degustar verdadeiras iguarias gastronómicas confeccionadas com arte, qualidade e requinte. Refere também que este projeto municipal, que valoriza a produção endógena e contribuiu para a dinamização da economia local, com ofertas variadas, tem vindo a afirmar-se, sendo já uma referência no contexto regional e nacional no que se refere à promoção de produtos locais.

• **Queima do Judas** – O Sr. **Vereador Luís Miguel Calha** refere que no próximo dia 31 de março, o Centro Histórico da Vila de Palmela irá acolher o "Ritual da Queima do Judas", num percurso que se iniciará no Largo dos Loureiros, percorrerá as ruas do Centro Histórico da Vila de Palmela, com final previsto para o Largo de São João. Refere que esta tradição foi recuperada em 1995, é uma iniciativa que vai ter, este ano, a presença de 17 Associações, sendo a edição mais participada de sempre e que este projeto contribui para a dinamização da atividade do Teatro, para a preservação das tradições locais e para a valorização de Palmela enquanto território de Artes e de Cultura.

• **Féria da Páscoa – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que durante a interrupção letiva das férias da Páscoa, vão decorrer um conjunto muito alargado e diversificado de atividades, para a ocupação de tempos livres de crianças e jovens. Destaca a “Páscoa no Museu”, proposta pelo Museu Municipal, com um conjunto de iniciativas para crianças entre os 6 e os 8 anos no dia 27 de março e para crianças dos 9 aos 11 anos no dia 28 de março. Para o público juvenil, o Município de Palmela e várias Associações promovem um conjunto de iniciativas, nos CRJ’s (Centro de Recursos para a Juventude), que engloba teatro, escotismo, desporto, música, tecnologias de informação e comunicação. Refere também que a Palmela Desporto, E.M., dinamizará as “Férias Desportivas – Páscoa 2018” com atividades que incluem andebol, atletismo, badminton, basquetebol, caminhada, equitação, futebol, ginástica, hip-hop, jogos tradicionais, jogos aquáticos, natação, rugby, ténis de mesa, voleibol, xadrez e zumba. Para finalizar informa que também a Associação Passos e Compassos, apoiada pelo Município de Palmela irá promover mais uma edição das “Férias Culturais”, participará no “Ritual da Queima do Judas” e desenvolverá um conjunto alargado de ateliers no âmbito da dança, da música, do teatro, da expressão plástica, do cinema e do património numa aposta na educação pela arte.

• **Ciclismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no próximo domingo, dia 25 de março realizar-se-á a 2ª prova da Taça de Portugal em ciclismo de atletas femininas, com partida marcada para as 11 horas Largo de São João Batista e às 16 horas arranca a 1ª prova da Taça de Portugal de cadetes masculinos, naquilo que constitui uma aposta reiterada do Município de Palmela na promoção do desporto e da modalidade do ciclismo, em particular. Refere que será no Largo de São João, o ponto de partida e de chegada destas provas, organizadas pela Federação Portuguesa de Ciclismo, pela Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal e com o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

• **Ginástica – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** congratula-se com o excelente resultado desportivo de uma jovem atleta do Concelho de Palmela. Realizou-se no passado dia 17 e 18 no Pavilhão da Escola D. Dinis em Lisboa, o Campeonato Nacional de Base de Ginástica Rítmica que contou com a participação de atletas da Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” tendo a ginasta Matilde Borrega, alcançado o título de Vice-Campeã Nacional de Movimentos Livres no Escalão de iniciadas. Os resultados obtidos são um importante incentivo para a atleta, treinadora e para a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, continuarem o trabalho que têm vindo a desenvolver.

• **Atletismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que também no âmbito do desporto, realizou-se no passado dia 10 e 11 do corrente mês de março, na Pista Coberta de

Atletismo na Expocentro em Pombal, o Campeonato Nacional de Pista Coberta. Os atletas José Caramelo, morador em Pinhal Novo e Rui Jorge, morador no Bairro Alentejano, ambos do Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho da Moita, sagraram-se Vice-Campeões Nacionais na Estafeta 4 x 200m, no Escalão Veteranos 40.

• **Dia Mundial da Poesia** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no âmbito das comemorações do Dia Mundial da poesia, a Câmara Municipal irá assinalar a data a 28 de março, com um espetáculo de poesia satírica de Renato Cardoso, intitulado “Missa Maldita”. Alerta que o espetáculo é para maiores de 16 anos de idade e realizar-se-á às 21 horas no Auditório Municipal de Pinhal, Novo e sublinha o facto, por se tratar de um espetáculo inserido num contexto perversamente eclesiástico, não é aconselhável a pessoas sensíveis por causa da sua linguagem vernácula.

• **Jogos Desportivos Escolares** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que estão a decorrer durante esta semana os Jogos Desportivos Escolares, uma iniciativa coorganizada pelo Município de Palmela com as Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos e Secundárias do Concelho de Palmela. Os Jogos Desportivos Escolares integram 9 modalidades desportivas, 5 coletivas e 4 individuais e contam com a participação de mais de 1300 alunos. Salaria que a cooperação entre o Município de Palmela e as Escolas, é fundamental para o êxito desta iniciativa cabendo à Autarquia a coordenação da calendarização dos jogos, a cedência de transporte e também o apoio financeiro às Escolas, para compensar os custos inerentes à organização destes jogos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 3.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

PROPOSTA N.º DADO 01_06-18:

«A 3.ª alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos

transitados do ano de 2017 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

- 1 - Reforço da dotação da ação Comunicações, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal, cujo valor se encontra parcialmente a definir;
- 2 - Reforço da dotação da ação Regularização da Ribeira da Salgueirinha, de modo a permitir acomodar encargos transitados de processos expropriativos iniciados em 2017;
- 3 - Reforço da dotação da ação Remodelação de troço da conduta da AutoEuropa, de modo a permitir lançar concurso para empreitada de execução dos nós da conduta;
- 4 - Reforço da dotação da ação Conservação e Manutenção de Espaços Verdes e Zonas Públicas, de modo a permitir a remoção de árvores em mau estado sanitário;
- 5 - Reforço da dotação da ação Conservação Permanente da Rede Viária, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal urgente.

Procedeu-se à reprogramação financeira da ação Instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo adequando-a ao novo calendário da obra e portaria de extensão de encargos.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação das ações relativas aos pagamentos à Simarsul e Iluminação Pública - Consumo, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2017.

O valor desta alteração é de 348.124,00 € (trezentos e quarenta e oito mil, cento e vinte e quatro euros), e representa 0,71% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 3.ª alteração ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

Sobre a proposta de 3.ª alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021, numerada DADO 01_06-18, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que relativamente à proposta, trata-se de reforçar algumas dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos ainda transitados de 2017 e que é imperioso considerar esta liquidação para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, que não é caso da Câmara Municipal de Palmela, porque não querem incorrer, mas também, para o reforço de ações com dotação insuficiente, de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, para não estarem à espera da revisão que ainda vai demorar, seguramente, mais um mês.

- Sobre o reforço da dotação de ação comunicações de modo a permitir o lançamento do procedimento com concursal, cujo valor se encontra parcialmente no Orçamento a definir, esclarece que vão fazer de novo um concurso para 2 ou 3 anos de comunicações e para poderem fazer com o devido tempo, antes de junho, importa ter já a verba para poderem cabimentar e lançar o concurso;
- Relativamente ao reforço da dotação de ação Regularização da Ribeira da Salgueirinha, de modo a permitir acomodar encargos transitados de processos expropriativos iniciados em 2017 e que trouxeram recentemente a reunião de Câmara, mais umas Declarações de Utilidade Pública para alguns processos expropriativos, outros foram tratados no final do ano e as escrituras estão a ser realizadas em 2018, têm a necessidade de transferir verba para reforçar.
- O reforço da dotação de ação remodelação de troço da conduta de água da Autoeuropa, ou seja, já tinham esta ação com uma verba para uma determinada intervenção, no entanto, com os problemas que surgiram e porque têm uma conduta que passa no meio de um terreno particular, vão ter que fazer algumas intervenções de nós, de seccionamento e, portanto, vão reforçar e avançar já por essa rubrica.
- Para o reforço da dotação de ação conservação permanente da rede viária, de modo a permitir o lançamento procedimento concursal urgente, esclarece que têm pequenas repavimentações e alguns trabalhos na conservação permanente na rede viária que necessitam desta verba, sem prejuízo do que está definido e que irão definir na Revisão Orçamental em abril, quando incorporarem o saldo do ano anterior.
- Procedeu-se à reprogramação financeira da instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo Sul, adequando-a ao calendário da obra e Portaria de Extensão de Encargos e esclarece que tinha sido enviado para o Tribunal de Contas, mas teve que se fechar o processo porque o Tribunal de Contas não poderia dar o visto sem entrega de documentos por parte da Administração Regional de Saúde. Com as mudanças do sistema contabilístico, essa dilação de prazo e de atraso por parte da Administração Regional de Saúde, no fornecimento dessa documentação ao Tribunal de Contas, também fez com que o que estava programado financeiramente no próprio Orçamento da Secretaria de Estado não correspondesse, ou seja, os mapas da Secretaria de Estado não correspondem ao que está na programação da obra em Tribunal de Contas. Essa situação obrigou a refazer tudo e para esse efeito fizeram diligências em tempo recorde, o Sr. Secretário de Estado assinou a Portaria de Extensão de Encargos, 171/2018, publicada em Diário da República, no dia 13 e, portanto, está tudo entregue no Tribunal de Contas. Tiveram que reprogramar, ou seja uma parte do valor só vai ser paga em 2019. A compensação para estas mudanças, foi mais uma vez efetuada com a diminuição da dotação de ações referentes à Simarsul e à iluminação pública - consumo, porque, como pagam todos os meses, nos primeiros 6 meses do ano, não vai fazer falta pelo que repõe-se na Revisão.

Todas estas medidas de reforço, de alterações são no valor de 348.124 mil euros e representa 0,71% do Orçamento em vigor.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Empreitada para “Intervenções de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela” - Adjudicação

PROPOSTA N.º DAGOT_DEPOP 01_06-18

«Em reunião de Câmara realizada em 22/11/2017 foi aprovado o projeto e a abertura de concurso limitado por prévia qualificação para a realização da empreitada de “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela”

Decorrido o período de apresentação de propostas, feita a análise das mesmas e realizada a audiência prévia ao Relatório Preliminar, anexo, não foram apresentadas quaisquer pronúncias, sendo a lista de concorrentes a seguinte:

N.º	Concorrentes
------------	---------------------

6	Alberto Couto Alves, S.A.
---	---------------------------

Desta forma, nos termos e para os efeitos previstos na alínea k) do nº2 do artigo 23º e da alínea f) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro; do nº1 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02 de 11 de junho, **propõe-se** que a Câmara Municipal:

1. Aprove o Relatório Final, relativo à segunda fase do procedimento, do referido concurso, o qual faz parte integrante da presente proposta, bem como as propostas constantes do mesmo;
2. Autorize o registo do compromisso financeiro decorrente da presente proposta no código do plano 2.5.1.02.005 e rubrica orçamental 06/07010307, os quais preveem verba para o efeito;
3. Tendo em consideração os fundamentos constantes no relatório preliminar e no relatório final do referido concurso, adjudique a empreitada à empresa Alberto Couto Alves, S.A. pelo valor da sua proposta de 2.057.700,00 € (dois milhões e cinquenta e sete mil e setecentos euros) acrescido do valor de 123.462,00, correspondente ao IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o valor de 2.181.162,00 € (dois milhões cento e oitenta e um mil cento e sessenta e dois euros.)»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Empreitada para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço do Pinhal Novo – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEPOP 02_06-18

«Em reunião de Câmara realizada de 17 de janeiro de 2018, procedeu-se à prévia qualificação dos candidatos à Empreitada para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha.

Decorrido o prazo para o efeito, verificou-se que nenhum candidato apresentou propostas, tendo assim o concurso ficado deserto.

Deste modo, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, na versão aplicável ao presente procedimento, existe causa de não adjudicação.

Assim, nos termos da alínea k) do nº2 do artigo 23º e alínea f do nº1 do artigo 33º da lei 75/2013 de 12 de setembro e do nº1 do artigo 80º do código dos contratos públicos na redação em vigor à data de lançamento do concurso, **propõe-se** a revogação da decisão de contratar, bem com o estorno da verba cabimentada para o efeito.»

Sobre a proposta da Empreitada para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço do Pinhal Novo – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que a proposta da “não adjudicação e revogação da decisão de contratar” tem que ser apresentada em reunião de Câmara e será posteriormente apresentada em nova reunião, um novo procedimento. Refere que chegou a ser distribuída uma ordem de trabalhos que tinha já uma proposta implícita, mas depois de melhor análise, em parte também por causa da alteração do Código dos Contratos Públicos, embora esse procedimento tenha sido encetado ao abrigo do código anterior, existem detalhes que têm que ser verificados, para evitar mais atrasos e perspetiva-se que seja apresentada nova proposta já na próxima de reunião de Câmara.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que esta é daquelas propostas que nunca ninguém espera ter que vir a aprovar e discutir tendo em conta que é uma obra tão importante. No entanto questiona que, tendo em conta a forma de como foi construído o concurso e até as empresas que na altura foram qualificadas, queria perceber se tiveram algum sinal, alguma indicação daquilo que foi perceptível, ou seja o que é que levou a não serem apresentadas propostas, se foi um preço base muito baixo, alguma questão do projeto, porque essas informações vão permitir um melhor esclarecimento, para quando tiverem que aprovar as peças do próximo concurso.

O **Sr. Presidente** refere que ficaram surpreendidos porque a forma de como foi feito o procedimento, muito seletivo, não estavam de todo à espera. Refere que as empresas não o fizeram por escrito e que tentaram perceber a razão, duas das empresas consideraram que o preço base era baixo, uma outra demonstrou dúvidas relativamente à limpeza. Foram prestados esclarecimentos, mas entenderam não concorrer. Procuraram estudar as questões do Caderno de Encargos, sabem que nos últimos tempos muitas Câmaras estão a ficar com procedimentos desertos, um pouco por todo o país, não só há hoje menos empresas fruto de um período em que muitas desapareceram, ficaram sem capacidade, mas também estão a aumentar os preços e isso também tem alguma influência.

Refere que solicitou aos serviços municipais para que estudassem melhor o assunto e tomaram conhecimento que a empresa que fez o projeto é precisamente a mesma empresa que fez o projeto para a Ribeira do Livramento em Setúbal, com os mesmos preços de referência e esses preços de referência, têm até uma aplicação, uma estatística, indicadores dos preços pelo INE. Em Setúbal, os preços ficaram quase 20% abaixo, ou seja, quem ganhou, apresentou uma proposta quase 20% abaixo.

Refere que vão rever alguns aspetos, não sabe se haverá ou não alteração do preço base, mas estão, sobretudo a procurar junto de outras empresas, que têm que ter, naturalmente, os mesmo requisitos que estas e se estão disponíveis para um procedimento. Tudo isto vai obrigar de novo à reprogramação da candidatura ao Fundo de Recursos Hídricos que hoje já é Fundo Ambiental e têm isso assinado pelo Sr. Secretário de Estado, senão qualquer dia, é mais uma portaria de extensão de encargos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Área de reabilitação urbana do centro histórico de Palmela – Operação de reabilitação urbana (ORU)

PROPOSTA N.º DAU 01_06_18

«Reconhecendo a importância da reabilitação urbana para o desenvolvimento e revitalização dos centros urbanos no concelho e com o objetivo de renovar e reabitar estes espaços, vem o Município desenvolvendo, de alguns anos a esta parte, políticas de incentivo à reabilitação, designadamente nas áreas de maior concentração populacional, cuja degradação física do edificado e consequentes condições de segurança/salubridade e habitabilidade, prejudicam a imagem e vivência desses locais.

A Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela publicada em Diário da República pelo Aviso n.º 9277/2015, de 20 de agosto, e respetiva integração em Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), foi um passo importante no prosseguimento dos objetivos traçados pelo Município, no sentido da promoção da reabilitação do edificado e melhoria da coesão social e territorial, assim como a sustentabilidade ambiental e económica do tecido urbano da referida área, reforçando o esforço de investimento público feito no território.

Esta aprovação da ORU do Centro Histórico de Palmela efetua-se através do instrumento próprio a que reporta o artigo 17º n.º 1 do RJRU – o projeto de ORU -, que compreende um conjunto de atuações, com propósito de uma intervenção integrada, de reabilitação urbana na definida ARU, dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução, sendo que o dever de reabilitação impende sobre os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações compreendidas na ARU, conforme documento que se junta em anexo.

A deliberação aqui proposta, de a Câmara Municipal sujeitar à Assembleia Municipal aprovar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela, será acompanhada do Projeto de ORU, o qual, de acordo com o previsto n.os 3 a 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação, conjugado com o artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, será submetido a prévia discussão pública por Aviso a publicar na 2ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do Município. Será ainda, o projeto de ORU remetido ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., por via eletrónica, para efeitos de emissão de parecer.

Consequentemente, será apresentada proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, por forma a consagrar os incentivos previstos para a ORU, a qual será acompanhada da estimativa de despesa fiscal, nos termos dos artigos 67.º, n.º 1 e 75º, n.º1 do RJRU, e do art. 8º, n.º 2 da Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro.

Face ao exposto e ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no uso da competência prevista nas alíneas c), h) e r) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

propõe-se:

1. Ao abrigo do disposto no art. 17º, n.º1 do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e do art. 33º, nº 1 al. ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, se delibere propor à Assembleia Municipal aprovar a Operação de Reabilitação Urbana associada à Área de Reabilitação Urbana delimitada do Centro Histórico de Palmela, conforme o instrumento próprio definido nos artigos 16.º e 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação.

2. Caso não ocorram alterações ao texto final do projeto de operação de reabilitação urbana, em resultado da apreciação pública e audição dos interessados a promover, considere esta Câmara Municipal desde já aprovada a Operação de Reabilitação Urbana a desenvolver na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela;

3. Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal, referenciada no ponto anterior e em simultâneo com a publicitação do ato de aprovação de ORU, aditar ao Aviso n.º 9277/2015, de 20 de agosto, de delimitação da área de reabilitação urbana histórico de Palmela, o quadro final de benefícios fiscais e financeiros aprovado na presente ORU, que substitui o que integrara aquele aviso.

A apresentação desta proposta a deliberação da Assembleia Municipal depende ainda do cumprimento do procedimento prévio de discussão pública e parecer prévio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, nos termos estabelecidos nos artigos 17.º nos n.os 3 a 5, 67º n.º 1 e 75º n.º1 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação.

Em anexo documento justificativo da proposta de projeto de Operação de Reabilitação Urbana para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela.»

PONTO 5 – Área de reabilitação urbana de Pinhal Novo – Operação de reabilitação urbana (ORU)

PROPOSTA N.º DAU 02_06_18

«Reconhecendo a importância da reabilitação urbana para o desenvolvimento e revitalização dos centros urbanos no concelho e com o objetivo de renovar e reabilitar estes espaços, vem o Município desenvolvendo, de alguns anos a esta parte, políticas de incentivo à reabilitação, designadamente nas áreas de maior concentração populacional, cuja degradação física do edificado e consequentes condições de segurança/salubridade e habitabilidade, prejudicam a imagem e vivência desses locais.

A Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo, publicada em Diário da República, pelo Aviso n.º 9817/2015, de 28 de agosto, foi um passo importante no prosseguimento dos objetivos traçados pelo Município, no sentido da promoção da reabilitação do edificado e melhoria da coesão social e territorial, assim como a sustentabilidade ambiental e económica do tecido urbano da referida área.

À aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo, em 2015, sucede, agora, a necessária aprovação da correspondente Operação de Reabilitação Urbana (ORU), sob pena de caducidade da ARU, nos termos do disposto no artigo 15.º Decreto – Lei 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação, diploma que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU).

Esta aprovação da ORU de Pinhal Novo efetua-se através do instrumento próprio a que reporta o artigo 17º n.º 1 do RJRU – o projeto de ORU -, que compreende um conjunto de atuações, com propósito de uma intervenção integrada, de reabilitação urbana na definida ARU, dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução, sendo que o dever de reabilitação impende sobre os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações compreendidas na ARU, conforme documento que se junta em anexo.

A deliberação aqui proposta, de a Câmara Municipal sujeitar à Assembleia Municipal aprovar a Operação de Reabilitação Urbana do Pinhal Novo, será acompanhada do Projeto de ORU, o qual, de acordo com o previsto n.os 3 a 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação, conjugado com o artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, será submetido a prévia discussão pública por Aviso a publicar na 2ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do Município. Será ainda, o projeto de ORU remetido ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., por via eletrónica, para efeitos de emissão de parecer.

Consequentemente, será apresentada proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, por forma a consagrar os incentivos previstos para a ORU, a qual será acompanhada da estimativa de despesa fiscal, nos termos dos artigos 67.º, n.º 1 e 75º, n.º1 do RJRU, e do art. 8º, n.º 2 da Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro.

Face ao exposto e ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no uso da competência prevista nas alíneas c), h) e r) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se:

1 - Ao abrigo do disposto no art. 17º, n.º1 do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e do art. 33º, nº 1 al. ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, se delibere propor à Assembleia Municipal aprovar a Operação de Reabilitação Urbana associada à Área de Reabilitação Urbana delimitada do Pinhal Novo, conforme o instrumento próprio definido nos artigos 16.º e 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação.

2 - Caso não ocorram alterações ao texto final do projeto de operação de reabilitação urbana, em resultado da apreciação pública e audição dos interessados a promover, considere esta Câmara Municipal desde já aprovada a Operação de Reabilitação Urbana a desenvolver na Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo.

3 - Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal, referenciada no ponto anterior e em simultâneo com a publicitação do ato de aprovação de ORU, aditar ao Aviso n.º 9817/2015, de 28 de agosto, de delimitação da área de reabilitação urbana de Pinhal Novo, com o quadro final

de benefícios fiscais e financeiros aprovado na presente ORU, que substitui o que integrara aquele aviso.

A apresentação desta proposta a deliberação da Assembleia Municipal depende ainda do cumprimento do procedimento prévio de discussão pública e parecer prévio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, nos termos estabelecidos nos artigos 17.º nos n.os 3 a 5, 67º n.º 1 e 75º n.º1 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação.

Em anexo documento justificativo da proposta de projeto de Operação de Reabilitação Urbana para a Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo.

Submetida a votação a proposta (Área de reabilitação urbana do centro histórico de Palmela) – Operação de reabilitação urbana (ORU), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta (Área de reabilitação urbana de Pinhal Novo) – Operação de reabilitação urbana (ORU), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Orientações Estratégicas do Município de Palmela para a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualificação de Vida, E.M. Unipessoal, Lda

PROPOSTA N.º DCDJ 01_06-18

«Determina a Lei que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, que a o órgão executivo da entidade pública participante deve no início de cada mandato proceder à revisão das orientações estratégicas relativas aos direitos societários nas empresas locais.

As orientações estratégicas que se apresentam dão resposta ao desenvolvimento do desporto, da atividade e exercício físicos, da saúde e bem-estar da comunidade, dentro do que são as responsabilidades municipais, procedendo à sua atualização, considerando o contexto atual.

Assim, e em conformidade com n.º 2, do art. 37.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, propõe-se que a Câmara Municipal aprove as orientações estratégicas para a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., aplicar no decurso no presente mandato autárquico que a seguir se apresentam:

1. Contribuir ativamente para a construção da política desportiva municipal em estreita cooperação com o município e autarquias do concelho de Palmela;

2. Promover o uso das instalações desportivas junto das escolas e agrupamentos de escolas, bem como das estruturas coordenadoras do desporto escolar, desenvolvendo estilos e hábitos de vida saudáveis junto das/os alunas/os dos diferentes graus de ensino;
3. Captar eventos de natureza regional e nacional para o concelho de Palmela, através dos meios ao seu dispor, contribuindo para o desenvolvimento desportivo e turístico do território;
4. Assegurar a conservação e beneficiação dos equipamentos desportivos municipais sob a sua responsabilidade, garantindo a funcionalidade, a eficiência e a segurança dos equipamentos, recorrendo aos fundos próprios e, sempre que possível e adequado, a programas de financiamento comunitários e outros, ou através do estabelecimento de acordos, protocolos ou contratos-programa com empresas;
5. Pautar a atuação da Palmela Desporto, E.M. num quadro de boas práticas ambientais e de defesa do meio através da melhoria constante da eficiência energética e no uso racional dos recursos;
6. Promover a modernização administrativa, melhorando sistematicamente processos administrativos em particular através da desmaterialização de processos. Comunicação digital com clientes / utilizadores.
7. Celebrar contratos-programa com o Município de Palmela que visem o desenvolvimento e melhoria de programas de desenvolvimento desportivo dirigidos à população em geral e, em particular, às camadas mais desfavorecidas e/ou com necessidade especiais da população;
8. Dar prioridade à utilização das instalações desportivas municipais por parte do Movimento Associativo Local, garantindo-se a realização de treinos e competições, no quadro dos contratos-programa estabelecidos com a Câmara Municipal de Palmela;
9. Promover uma gestão rigorosa e transparente, que vise a rentabilidade económica e desportiva dos equipamentos, garantindo a sustentabilidade económico-financeira da empresa, e simultaneamente que possibilite, a cada vez mais cidadãos/ãs, aceder às instalações desportivas geridas pela Palmela Desporto, E.M.;
10. Respeitar os direitos dos/das trabalhadores/trabalhadoras, em diálogo permanente com as organizações representativas dos/das trabalhadores/trabalhadoras, tendo como referência o definido para a Administração Local, visando a plena estabilidade no emprego, a motivação e satisfação laboral e a procura constante da atualização de conhecimentos e da qualificação;
11. Implementar estratégias de envolvimento comunitário, protocolando o acesso às suas instalações desportivas, no sentido de contribuir para o sucesso desportivo individual e coletivo de atletas e agentes desportivos locais;

12. Desenvolver, em parceria com o tecido empresarial local, estratégias de acesso dos/das trabalhadores/trabalhadoras à prática desportiva e da atividade física nas instalações geridas e administradas pela Palmela Desporto E.M.;

13. Em parceria com o Município de Palmela, implementar Programas de fomento e desenvolvimento que visem a promoção da saúde e da qualidade de vida, independentemente do género, idade, condição ou estrato socioeconómico;

14. Dinamizar os projetos de formação desportiva, nomeadamente no que respeita à natação e à sua equipa de competição, levando a uma representação digna da empresa e do Município nas competições em que estiverem envolvidos.»

Sobre a proposta das Orientações Estratégicas do Município de Palmela para a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualificação de Vida, E.M. Unipessoal, Lda, intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que ouvi e leu com atenção as orientações estratégicas e diz que, quase que parecem as orientações estratégicas para o concurso Miss Portugal, com muita paz ao mundo, muita alegria, muita saúde e depois faltam objetivos mensuráveis que é dar uma orientação estratégica a uma sociedade onde são acionistas, só detida pela Câmara. Considera que fazia sentido dar objetivos que fossem mensuráveis e metas quantificadas. O Sr. Vereador Luís Miguel Calha, na proposta que apresenta, cita e bem, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mas depois evoca apenas o n.º 2, do art. 37.º, quando o próprio n.º 3 refere que as orientações estratégicas devem conter metas quantificadas, até para que os gestores que estão à frente da Empresa Municipal da Palmela Desporto saibam exatamente o que é que o seu acionista pretende, se devem apostar mais numa área ou noutra. O que está presente na proposta, no seu entendimento é um conjunto de generalidades que, obviamente, todos querem, porque todos querem paz no mundo, saúde e amor. Considera que é o que todos desejam e ambicionam. Uma orientação estratégica não é isto e não é isso que a lei pede numa orientação estratégica e, portanto, admitindo que não esteja a "ler com olhos de ler" o que está proposto, mas confessa, não encontra as "famosas metas quantificadas" que a lei exige e é esse esclarecimento que pretende.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que na sequência da intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e também daquela que tem sido a posição do Partido Socialista em relação à Palmela Desporto, de facto, não há nestas linhas estratégicas, nada que altere as questões fundamentais da Palmela Desporto em relação à sustentabilidade e à criação de mais-valias. Falando no acesso que é repetido bastantes vezes nestas linhas, que muitas delas se compaginam com a atividade da Palmela Desporto já existente, outras são demasiado genéricas e até para conseguirem uma ligação direta à atividade existente, nada mais importante para o acesso, do que o preço desse mesmo acesso. Considera que isso não está refletido na proposta e havendo tanta preocupação com o acesso e com o impacto em relação aos praticantes, a

questão do preço que, é dos mais altos da AML (Área Metropolitana de Lisboa) ao contrário do preço da água, por incrível que pareça, o Concelho de Palmela tem os preços da água mais barata, mas depois para nadar nela, tem os preços mais caros. Considera que não está presente na proposta nenhuma orientação nem nenhuma estratégia que inverta essa questão. A sustentabilidade da Empresa Municipal está esticada ao limite em relação ao que obtém em receita, ao que a Câmara Municipal contribui para a atividade que a Palmela Desporto oferece à comunidade e ao investimento que é necessário para gerar mais-valias que permitam baixar preços. Porque neste momento, o preço e juntando modalidades numa família, hidroginástica e mais qualquer atividade, estão a falar de cerca de 60 euros por elemento/família e, portanto, fizeram as contas e já trouxeram a reunião de Câmara, compararam com uma Câmara Municipal bastante distante, fruto do trabalho de um município, e essa comparação se bem se recorda, a diferença de preços era na ordem de mil para trezentos euros. Também fez a comparação dos preços cobrados pelas piscinas municipais dos Concelhos vizinhos e a diferença é abismal, entre o custo de uma família ir à piscina, fazendo 2 ou 3 aulas por semana, entre Palmela e por exemplo, Moita ou Montijo, todos os Concelhos aqui em volta. Falando em acesso, em estratégia e neste conjunto de boas intenções e algumas realizações também, como é óbvio, porque as piscinas cumprem já uma parte da função, mas a estratégia do acesso ao desporto, que cada vez é mais universal, passa sem dúvida pelo preço e sobre isso, não vêm aqui uma linha e, portanto, mantendo a posição e tem que ver com o modelo de gestão, tem que ver com o que a Empresa pode gerar, com o que deve ser uma Empresa Municipal e que, a posição do PS será a abstenção sobre a proposta nesta votação de acordo também, com outras posições anteriores que tiveram em relação ao que são os planos de atividades e os relatórios de contas que a Palmela Desporto apresenta, que em si, tem a gestão possível, tem um modelo de gestão que não permite outros resultados e esses, certamente, não irão acontecer tão cedo. Portanto, têm dificuldades em ver onde é que se melhora o acesso ao desporto sem melhores resultados e sem a Empresa Municipal ter outra capacidade.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que acerca do que ouviu, considera tratar-se de posições meramente políticas que não têm em conta a realidade da Empresa Municipal, até porque as posições dos Senhores Vereadores, quer do PSD/CDS, quer do PS eram significativamente diferentes há pouco tempo atrás e falando da presente documento, o mesmo tem alterações, é mais ambicioso, coloca outros objetivos e outras orientações para a Empresa Municipal e não ouviu há algum tempo atrás, observações como as que agora vieram a discussão. Refere que as metas quantificadas serão refletidas nos contratos-programa, refere também, que relativamente aos custos que foram abordados em relação a outros equipamentos, há, de facto, preços que são mais caros na Palmela Desporto, e outros que são mais baratos, comparativamente a outros equipamentos existentes na própria região e dá por exemplo, o Concelho do Seixal e de Setúbal. Na atividade da Palmela Desporto, nas suas

múltiplas ofertas e não está a falar apenas da nataçã, refere-se a um conjunto muito alargado de atividades que são desenvolvidas e de preços que são diferenciados e quando referem que os preços que são praticados pela Palmela Desporto são os mais altos, do que todas as piscinas da Área Metropolitana de Lisboa, só pode dizer que isso é, redondamente falso, não corresponde à verdade e, portanto, gostava de deixar isso muito claro. Refere que terá a oportunidade de escarpelizar de forma detalhada a afirmação que acabou de produzir e faz questão disso, numa próxima reunião. Refere também que, naturalmente, não sabe se o que incomoda os Senhores Vereadores é verificar que há uma dinâmica crescente na Empresa Municipal. A Palmela Desporto hoje, tem mais utentes, mais utilizadores e mais atividades, está mais aberta à comunidade, há um conjunto de protocolos que têm sido firmados com várias instituições ligadas ao setor social, desde a própria comunidade educativa e, portanto, há uma abertura da Empresa Municipal à comunidade que tem propiciado novas ofertas que contribuem para os objetivos que presidiram à criação da Empresa Municipal Palmela Desporto. Não encontra nenhuma razão para o que foi dito, senão uma posição meramente política que não tem em conta a realidade atual da Empresa Municipal e que poderão comprovar quando for apresentado o relatório de contas daqui há algum tempo que, de facto, a Palmela Desporto está no bom caminho e provavelmente os Senhores Vereadores estarão mais preocupados com outro tipo de situações do que propriamente com uma boa gestão, como aquela que têm vindo a verificar.

O **Sr. Presidente** refere que, de facto, o documento de orientações estratégicas tem de ter um conjunto de princípios, de orientações e, poderia dizer, de objetivos, até porque estão formulados nessa metodologia, do objetivo e também as indicações que deram à Palmela Desporto foi para que tenham uma grelha na prestação de contas, de apresentação, de que forma é que estas questões foram atingidas. Também considera estas orientações estratégicas muito mais ambiciosas do que aquelas que tinham no passado e, no entanto, havia uma que era muito mensurável, reduzir o número de reclamações e atualmente, os objetivos são muito mais do que isso. Gostaria, e terão a oportunidade também para acentuar alguns aspetos numa outra reunião, o que estão a discutir hoje. Porque quando se fala do acesso há, de facto, números que são reveladores do crescimento e apesar de não querer hoje discutir a questão dos preços, até porque foram os Senhores Vereadores que introduziram esse assunto, a Câmara Municipal também fez um estudo. Volta a referir o que já referiu em outras reuniões, não pretendem ter os preços mais baratos, querem sim, ter a melhor relação qualidade/preço e querem ser dos melhores. Nesse estudo, ao perceber alguns indicadores, pediu para se fazer um levantamento. Quando o Sr. Vereador refere que no Concelho do Barreiro é mais barato e no Concelho do Montijo na atividade (x) é mais barato, é uma falácia, porque não o é em todas

as atividades, o que é mais barato, então expliquem porque é que, se os munícipes de fora do Concelho de Palmela pagam mais, como é que têm 277 utilizadores do Concelho do Montijo, 29 do Seixal, 61 de Setúbal, 13 de Alcochete, 34 de Azeitão, 73 do Barreiro, 193 da Moita e a razão, a explicação está na observância dos questionários de utilização e satisfação das pessoas, que é um indicador importante. Não está com estes indicadores a dizer mal dos equipamentos dos outros Concelhos, cada um terá os seus pontos fracos e pontos fortes, mas isto é a prova que há crescimento e que essa questão dos preços não pode ser analisada de ânimo leve. Na prestação de contas, vão ver os resultados, não apenas financeiros, mas sobretudo aqueles que estão relacionados com as orientações estratégicas, que também apontam para resultados de sustentabilidade económica, do equilíbrio da relação dos custos/investimentos, mas vão ver sobretudo, com muito agrado, o aumento da dinâmica, do aumento do número de utilizadores da Empresa Municipal que foi criada para isso mesmo, para promover o desenvolvimento desportivo, o acesso à recreação e lazer e até à atividade que tem hoje um forte impacto positivo na saúde dos munícipes. Essa é também uma das razões pela qual a Palmela Desporto tem alargado a oferta e quando tiver mais equipamentos desportivos para gerir, certamente, terá outras obrigações e mais utilizadores. Considera que as orientações estratégicas, até introduzem uma ou outra novidade e mal parecia se não houvesse atualizações, mas até para acompanhar questões que estão hoje na ordem do dia, da eficiência energética, da desmaterialização, da comunicação, da agilização de procedimentos, mas, sobretudo um maior envolvimento da Palmela Desporto na comunidade que é crescente, o aumento do número de protocolos com as IPSS's, com Clubes, com Associações, com Bombeiros e com Escolas, trazem novos públicos, mas também tendo um papel de complementaridade e de parceria com os próprios programas de desenvolvimento desportivo do Município de Palmela e significa que a Palmela Desporto tem cumprido a sua missão sem terem que duplicar a despesa de alguns programas de desenvolvimento desportivo. Acredita que é um bom documento e quando tiverem necessidade de o precisar e melhorar, sobretudo com monitorização da aplicação destas orientações, certamente, que o irão fazer.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e José Calado, e com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Atribuição do topónimo “Rua dos Barreiros” – Freguesia de Palmela.

Proc.º TOP-701/2016. Local: Barreiros, Palmela. Requerimento n.º 361/2016.

PROPOSTA N.º DAU 03_06-18:

«Na sequência de um pedido de indicação de número de polícia, verificou-se que o arruamento de serviço ao edifício objeto da pretensão, em Volta da Pedra, na freguesia de Palmela (identificado na planta anexa), embora público, não tem designação toponímica oficialmente aprovada.

O arruamento em causa, a tardoz do colégio St. Peter’s School é de serviço a algumas edificações, junto ao seu entroncamento com a Rua Flor Bela Espanca e de resto, dá apenas acesso a algumas infraestruturas do colégio (parque de estacionamento e campo de jogos), apresentando-se, efetivamente com característica de mero acesso e não de via distribuidora.

Neste contexto os serviços de toponímia da Câmara propuseram, em sede de consulta à Junta de Freguesia de Palmela, prevista na alínea ss) do n.º. 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, e face às características do arruamento, os topónimos “Rua dos Barreiros” pelo facto de constar na cartografia existente ou, em alternativa, “Rua dos Barreiros” zona assim inscrita de identificação registral dos prédios naquela zona.

Do parecer da Junta de Freguesia, datado de 05-03-2018, resultou a opção do topónimo “Rua dos Barreiros” que mereceu, igualmente, o parecer favorável da Comissão de Toponímia em reunião realizada a 15-03-2018, em cumprimento do disposto no n.º. 2 do art. 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição do topónimo **“Rua dos Barreiros”** ao arruamento identificado na planta em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º. 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor.»

PONTO 8 – Atribuição do topónimo “Rua Alegria do Samouco” – Freguesia de Palmela.

Proc.º TOP-3094/2016. Local: Ferra Cinta, Palmela. Requerimento n.º 2802/2016.

PROPOSTA N.º DAU 04_06-18:

«Na sequência de um pedido de indicação de número de polícia, verificou-se que o arruamento de serviço ao edifício objeto da pretensão, na freguesia de Palmela (identificado na planta anexa), embora público, não tem designação toponímica oficialmente aprovada.

O arruamento em causa, localiza-se fora do perímetro urbano de Palmela, na zona de Ferra Cinta e do Samouco, caracterizada por uma ocupação mais dispersas e rural.

Na envolvente, os topónimos já atribuídos “Azinhaga de Ferra Cinta”; “Rua do Samouco”, “Rua de S. Julião”, têm por base a identidade cartográfica das zonas que se confunde com as referências identitárias da população residente, razão pela qual, este recurso é frequente em zonas do território de carácter mais rural.

Neste contexto os serviços de toponímia da Câmara propuseram, em sede de consulta à Junta de Freguesia de Palmela, prevista na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, os topónimos “Rua Alegria do Samouco”, pelo facto de constar na cartografia existente o sítio “Alegria do Samouco”, perto da zona onde se insere o referido arruamento ou, em alternativa, “Rua da Alegria” face à dificuldade sentida em distinguir fisicamente os sítios “Ferra Cinta” e “Alegria do Samouco”.

O parecer da Junta de Freguesia, datado de 05-03-2018, referencia como opção o topónimo “Rua Alegria do Samouco” que mereceu, igualmente, parecer favorável da Comissão de Toponímia em reunião realizada a 15-03-2018, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do *Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela*.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição do topónimo “Rua Alegria do Samouco” ao arruamento identificado na planta em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

PONTO 9 – Atribuição do topónimo “Rua Vítor Borrego” – Freguesia de Palmela.
Proc.º TOP-1665/2018. Local: Terra do Pão – Nova Palmela, Palmela. Requerimento n.º 1055/2018.

PROPOSTA N.º DAU 05_06-18:

«Na sequência do falecimento de Vítor Borrego, anterior presidente da Assembleia Municipal, em Agosto de 2017 e por todo o seu percurso, melhor identificado na biografia em anexo que

faz parte integrante da presente proposta, essencialmente, enquanto Autarca e Dirigente associativo, é hora da homenagem natural através da toponímia, tendo em conta que a função da toponímia na perpetuação da memória coletiva, dos lugares e das pessoas, não só no presente, mas também para que as gerações vindouras conheçam e reconheçam a sua história e os homens e mulheres que a fizeram.

Assim pretende-se atribuir ao arruamento recentemente criado, que liga a “Terra do Pão” à “Nova Palmela”, melhor identificado na planta de localização em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, o antropónimo:

“Rua Vítor Borrego

Autarca, Dirigente Associativo e Ilustre Palmelense”

Enquadrado no âmbito do item i) da alínea c) do n.º 1 do art. 9º do *Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela* (RTCP), o antropónimo em causa foi objeto de consulta à Junta de Freguesia de Palmela, prevista na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, que emitiu parecer favorável, a 14-03-2018.

Também a Comissão de Toponímia, reunida a 15-03-2017 e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do RTCP, emitiu parecer favorável ao antropónimo em proposto.

Acresce referir que de acordo com o n.º 3 do art. 9º já invocado, não devem ser atribuídos antropónimos antes de um ano a contar da data de falecimento da pessoa a homenagear, pelo que em cumprimento deste normativo, a atribuição agora proposta deverá ser sujeita a condição, nos termos do art. 149º do Código de Procedimento Administrativo publicado pelo DL 4/2015 de 7 de janeiro, concretamente que a sua eficácia opera a 24-08-2018.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição do antropónimo “Rua Vítor Borrego”, com o epíteto “Autarca, Dirigente Associativo e Ilustre Palmelense” ao arruamento identificado na planta em anexo e atenta a Biografia também anexa à presente proposta e que dela fazem parte integrante, nos termos da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Submetida a votação a proposta (Atribuição do topónimo “Rua Alegria do Samouco” – Freguesia de Palmela) foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta (Atribuição do topónimo “Rua Alegria do Samouco” – Freguesia de Palmela) foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta (Atribuição do topónimo “Rua Vítor Borrego” – Freguesia de Palmela) foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezoito, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco